



Câmara Municipal de Jaguariúna

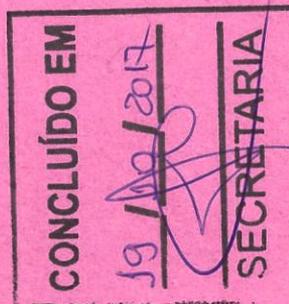
SECRETARIA

Processo Nº 089 Exercício de: 2017

ASSUNTO: Processo Cm nº 089 de 2017 - Dispõe sobre
a avaliação dos Datas Fiscais da Prefeitura
Municipal de Jaguariúna, referente ao 2º Quadrimestre
de 2017.

Nome: Com. Peru. de Arquivo, Sup. e Contabilidade

AUTUAÇÃO



Aos 05 dias do mês Setembro de 2017, nesta cidade de Jaguariúna,
na Secretaria da Câmara Municipal, autuo o processo acima referido como adiante se vê.
Do que para constar, faço este termo.

Eu, _____, Secretário, a subscrevi



Prefeitura do Município de Jaguariúna

Secretaria de Administração e Finanças

Jaguariúna, 01 de setembro de 2017.

A Sua Excelência Senhor
Presidente Romilson Nascimento Silva
Câmara dos Vereadores - Jaguariúna - SP

Assunto: **Audiência Metas Fiscais - 2º Quadrimestre/2017**

Senhor Presidente,

Em atendimento a Lei de Responsabilidade Fiscal por intermédio deste, solicitamos a Vossa Senhoria o agendamento da Audiência de Metas Fiscais do 2º quadrimestre do exercício de 2017.

Atenciosamente,

Daiane Fernanda Ferreira
Diretora de Contabilidade e Orçamento

PROTOCOLO	
Nº de Ordem	<u>1116</u>
Fls. Nº	<u>060</u> Livro Nº <u>035</u>
<u>01/09/17</u>	<u>Daiane</u>
SECRETÁRIA	



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Jaguariúna, 04 de setembro de 2017

Ofício nº 0489/2017.-PRE

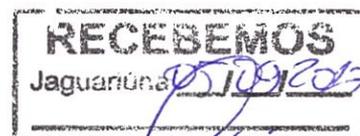
Senhor Presidente,

Passamos às mãos de Vossa Excelência para análise desta Comissão, carta da Diretora de Contabilidade e Orçamento, que solicita convocação de Audiência Pública para **avaliação do cumprimento das Metas Fiscais – 2º Quadrimestre/2017**, em cumprimento ao disposto ao Art. 9º, § 4º da LC 101/2000.

Atenciosamente,

VEREADOR ROMILSON NASCIMENTO SILVA
Presidente

Ao Senhor
Vereador Afonso Lopes da Silva
Presidente da Comissão Permanente de
Orçamento, Finanças e Contabilidade
Jaguariúna – S.P.





Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade

Jaguariúna, 04 de setembro de 2017

Ao Senhor
Vereador Romilson Nascimento Silva
Presidente da Câmara Municipal

Nesta

Senhor Presidente,

Solicitamos de Vossa Excelência, a convocação de Audiência Pública para avaliação do cumprimento das Metas Fiscais da Prefeitura Municipal de Jaguariúna – 2º Quadrimestre de 2017, em cumprimento ao disposto ao Art. 9º, § 4º da LC 101/2000, se possível na data de **29 de setembro corrente (sexta-feira), às 18h30min.,** nesta **Casa de Leis.**

Atenciosamente,


VEREADOR AFONSO LOPES DA SILVA
Presidente da Comissão Permanente de
Orçamento, Finanças e Contabilidade

PROTOCOLO
Nº de Ordem <u>1143</u>
Fls. Nº <u>063</u> Livro Nº <u>035</u>
<u>05/09/17</u> <u>Damiao</u>
SECRETÁRIA



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 010/1017.- **DE AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 003/2017.**

ROMILSON NASCIMENTO SILVA, Presidente da Câmara Municipal de Jaguariúna, Estado de São Paulo, etc. no uso das atribuições que lhe são conferidas, e com fundamento na Resolução nº 060/1991 – Regimento Interno (artigo 71, inciso V) e na Lei nº 101 – Lei de Responsabilidade Fiscal (artigo 9º, § 4º), expede o presente Edital de Convocação para a Audiência Pública nº 003/2017, a ocorrer no dia **29 de setembro de 2017 (sexta-feira)**, às **18h30min.**, na **Sala das Sessões desta Câmara Municipal** para:

- **Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais – 2º Quadrimestre de 2017 da Prefeitura Municipal de Jaguariúna.-**

Fica encarregada de assumir os trabalhos de referida Audiência Pública, a Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade.

Câmara Municipal de Jaguariúna, 05 de setembro de 2017


VEREADOR ROMILSON NASCIMENTO SILVA
Presidente



Arquivado na Secretaria, afixado, na mesma data, no quadro de avisos da portaria da Câmara Municipal, e publicado na imprensa local.


ALZIRA ELEANI DE CAMPOS SOUZA VENTURINI
Diretora Geral



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

COMISSÃO PERMANENTE DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE

Jaguariúna, 05 de setembro de 2017

À Senhora

Cristina Aparecida Rossi Serra

Secretária Municipal de Administração e Finanças

Jaguariúna – S.P.

Prezada Senhora

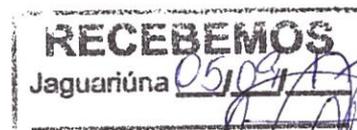
Convidamos Vossa Senhoria para participar da Audiência Pública que ocorrerá no próximo dia **29 de setembro de 2017, sexta-feira, às 18h30min.**, na **Sala de Sessões da Câmara Municipal**, nesta cidade, para **Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais – 2º Quadrimestre de 2017.**

Solicitamos que sejam enviados técnicos dessa Secretaria que possam discorrer sobre as Metas Fiscais, esclarecendo-nos sobre as dúvidas que certamente surgirão.

Sem mais para o momento, aproveitamos a oportunidade para apresentar a Vossa Senhoria nossas manifestações de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,


VEREADOR AFONSO LOPES DA SILVA
Presidente da Comissão Permanente
de Orçamento, Finanças e Contabilidade





Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

COMISSÃO PERMANENTE DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE

CONVITE

A Câmara Municipal de Jaguariúna, através da Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade, convida toda população para participar da **AUDIÊNCIA PÚBLICA** para **avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais - 2º Quadrimestre de 2017**, da Prefeitura do Município de Jaguariúna, que ocorrerá no próximo dia **29 de setembro de 2017, sexta-feira, às 18h30min.**, na **Sala de Sessões da Câmara Municipal**, nesta cidade.

Câmara Municipal de Jaguariúna, setembro de 2017


VEREADOR AFONSO LOPES DA SILVA
Presidente da Comissão Permanente
de Orçamento, Finanças e Contabilidade



CÂMARA MUNICIPAL

COMISSÃO PERMANENTE DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE

CONVITE

A Câmara Municipal de Jaguariúna, através da Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade, convida toda população para participar da **AUDIÊNCIA PÚBLICA** para avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais - 2º Quadrimestre de 2017, da Prefeitura do Município de Jaguariúna, que ocorrerá no próximo dia 29 de setembro de 2017, sexta-feira, às 18h30min., na Sala de Sessões da Câmara Municipal, nesta cidade.

Câmara Municipal de Jaguariúna, setembro de 2017

VEREADOR

AFONSO LOPES DA SILVA

Presidente da Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Nº 010/1017.

DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

Nº 003/2017.

ROMILSON NASCIMENTO SILVA, Presidente da Câmara Municipal de Jaguariúna, Estado de São Paulo, etc. no uso das atribuições que lhe são conferidas, e com fundamento na Resolução nº 060/1991 – Regimento Interno (artigo 71, inciso V) e na Lei nº 101 – Lei de Responsabilidade Fiscal (artigo 9º, § 4º), expede o presente Edital de Convocação para a Audiência Pública nº 003/2017, a ocorrer no dia 29 de setembro de 2017 (sexta-feira), às 18h30min., na Sala das Sessões desta Câmara Municipal para:

- Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais – 2º Quadrimestre de 2017 da Prefeitura Municipal de Jaguariúna.

Fica encarregada de assumir os trabalhos de referida Audiência Pública, a Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade.

Câmara Municipal de Jaguariúna, 06 de setembro de 2017

VEREADOR

ROMILSON NASCIMENTO SILVA

Presidente

Arquivado na Secretaria, afixado, na mesma data, no quadro de avisos da portaria da Câmara Municipal, e publicado na imprensa local.

ALZIRA EILEANI DE CAMPOS

SOUZA VENTURINI

Diretora Geral





Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

12

WWW.JAGUARIUNA.SP.GOV.BR

IMPRESA OFICIAL DO MUNICÍPIO DE JAGUARIÚNA

09 DE SETEMBRO DE 2017

PODER LEGISLATIVO - PUBLICAÇÕES OFICIAIS

CÂMARA MUNICIPAL

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Nº 010/1017.
DE AUDIÊNCIA PÚBLICA
Nº 003/2017.

COMISSÃO PERMANENTE DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE

CONVITE

A Câmara Municipal de Jaguariúna, através da Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade, convida toda população para participar da AUDIÊNCIA PÚBLICA para avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais - 2º Quadrimestre de 2017, da Prefeitura do Município de Jaguariúna, que ocorrerá no próximo dia 29 de setembro de 2017, sexta-feira, às 18h30min., na Sala de Sessões da Câmara Municipal, nesta cidade.

Câmara Municipal de Jaguariúna, setembro de 2017

VEREADOR

AFONSO LOPES DA SILVA

Presidente da Comissão Permanente
de Orçamento, Finanças e Contabilidade

Fica encarregada de assumir os trabalhos de referida Audiência Pública, a Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade.

Câmara Municipal de Jaguariúna, 06 de setembro de 2017

VEREADOR

ROMILSON NASCIMENTO SILVA
Presidente

Arquivado na Secretaria, afixado, na mesma data, no quadro de avisos da portaria da Câmara Municipal, e publicado na imprensa local.

ALZIRA ELEANI DE CAMPOS

SOUZA VENTURINI
Diretora Geral

- Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais - 2º Quadrimestre de 2017 da Prefeitura Municipal de Jaguariúna.

Em comemoração

11 e 17 Setembro



Câmara Municipal de Jaguariúna

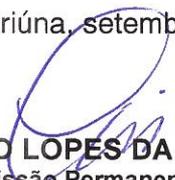
Estado de São Paulo

COMISSÃO PERMANENTE DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE

CONVITE

A Câmara Municipal de Jaguariúna, através da Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade, convida para a **AUDIÊNCIA PÚBLICA** para **avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais - 2º Quadrimestre de 2017**, da Prefeitura do Município de Jaguariúna, que ocorrerá no próximo dia **29 de setembro de 2017, sexta-feira, às 18h30min.**, na **Sala de Sessões da Câmara Municipal**, nesta cidade.

Câmara Municipal de Jaguariúna, setembro de 2017


VEREADOR AFONSO LOPES DA SILVA
Presidente da Comissão Permanente
de Orçamento, Finanças e Contabilidade

Ao Senhor Vereador
Afonso Lopes da Silva
Nesta

Ao Senhor Vereador
Alfredo Chiavegato Neto
Nesta

Ao Senhor Vereador
Ângelo Roberto Torres
Nesta

À Senhora Vereadora
Cássia Murer Montagner
Nesta

Ao Senhor Vereador
Cristiano José Cecon
Nesta

Ao Senhor Vereador
David Hilário Neto
Nesta

À Senhora Vereadora
Inalda Lúcio B. Santana
Nesta

Ao Senhor Vereador
José Muniz
Nesta

Ao Senhor Vereador
Luiz Carlos de Campos
Nesta

Ao Senhor Vereador
Rodrigo da Silva Blanco
Nesta

Ao Senhor Vereador
Romilson Nascimento Silva
Nesta

À Senhora Vereadora
Taís Camellini Esteves
Nesta

Ao Senhor Vereador
Walter Luís Tozzi de Camargo
Nesta

À Senhora
Andréa Dias Lizun Bergamasco
Secretária de Gestão Social e Cidadania
Nesta

À Senhora
Maria das Graças Hansen Albaran Santos
Secretária de Turismo e Cultura
Nesta

À
Secretaria de Segurança Pública
Nesta

À
Secretaria de Desenvolvimento Econômico e
Social
Nesta

À Senhora
Cristina Pinto Catão B. Hosikawa
Secretária de Educação
Nesta

À Senhora
Cristina Ap. Rossi Serra
Secretária de Governo e Finanças
Nesta

Ao
Departamento de Comunicação
Nesta

À
Secretaria de Gestão Ambiental
Nesta

Ao Senhor
Valdir Parisi
Secretário de Governo
Nesta

Ao Senhor
Rafael da Silva Blanco
Secretário de Esportes e Lazer
Nesta

Ao Senhor
Fabiano Augusto Rodrigues Urbano
Secretário de Negócios Jurídicos
Nesta

À
Secretaria de Obras e Serviços
Nesta

À
Secretaria de Planejamento e Habitação
Nesta

À Senhora
Maria Emília Peçanha de Oliveira Silva
Secretária de Gabinete
Nesta

À Senhora
Maria do Carmo de Oliveira Pelisão
Secretária de Saúde
Nesta

À Senhora
Flora Maria Bernardes Reis
Presidente do Fundo Social de Solidariedade
Nesta

Ao
Conselho Municipal de Educação
R: XV de Novembro, 563 – Santa Cruz
13820-000 – Jaguariúna – SP

Ao
Conselho Municipal de Segurança
Pça Peru, 141, Bairro Nova Jaguari
13820- 000 – Jaguariúna – SP

Ao
Cons.Mun. de Defesa do Meio Ambiente -
Nesta

Ao
Conselho Mun.Dir.Criança e do Adolescente
Nesta

Ao
Conselho Municipal de Saúde
Nesta

Ao
Conselho Tutelar de Jaguariúna
Nesta

Ao Senhor
Tomaz de Aquino Pires
Coordenador da Casa da Memória
Padre Antonio Joaquim Gomes
Nesta

Ao Senhor
1º Ten.PM Luis Gustavo Ap. Tuckumantel
Comandante do 1º PEL/PM
Nesta

À Sua Excelência o Senhor
Márcio Gustavo Bernardes Reis
Prefeito Municipal
Nesta

À
Rádio FM Estrela
Av. Marginal, 600 - Centro
13820-000 – Jaguariúna/SP

À Senhora
Zaira Palermo Bodini
Representante do Centro de Prof. Paulista
R. Cândido Bueno, 1073 – Aptº 22 - Centro
13820-000 – Jaguariúna/SP.

Ao Senhor
Wilson Melilo
Presidente do Centro Equoterapia de
Jaguariúna
Cx Postal 62
13820-000 Jaguariúna SP.

Ao Senhor
Carlos Gomes Pires
Pres.Grupo Escoteiro Jaguar
Rua: João Pires Germano, 121- Jardim Alice
13820-000 Jaguariúna SP.

À
Associação Amigos do Padre Gomes
Rua Cel. Amâncio Bueno, 473- Centro
13820-000 Jaguariúna SP.

Ao Senhor
Juliana Belinatti Menardo
Delegada Titular de Jaguariúna
Nesta

À Senhora
Dra. Renata Stela Quirino Malachias
Dir. Pres. Associação Santa Maria de Saúde-
ASAMAS -Hospital "Walter Ferrari"
13820-000 Jaguariúna SP.

À
Superintendência Técnica da Associação
Santa Maria de Saúde - ASAMAS –
R: Amazonas, 08- Dom Bosco
13820-000 Jaguariúna SP.

Ao Senhor
Manoel Alberto Barreiros Azevedo
Superintendente Admin. e Financeiro da
Associação Santa Maria de Saúde- ASAMAS
13820-000 Jaguariúna SP.

Ao
Sindicato dos Servidores Públicos Municipais
13820000- Jaguariúna SP

Ao Senhor
Elias de Oliveira
Presidente do Clube dos Desbravadores
"Falcão da Colina"
R: Lanzoni, 168- Nassif
13820-000 Jaguariúna SP.

À
Pastoral da Criança
R: Pires, 136- Nassif
13820-000 Jaguariúna SP.

À
Comunitá Italiana de Jaguariúna
R: Maranhão, 104- São João
13820000- Jaguariúna

Ao
Presidente Associação Trilhos do Jequitibá
R: Candido Bueno, 1.299 sala 13 – centro
13820-000 Jaguariúna SP.

À
APAE - Associação de Pais e Amigos dos
Excepcionais
R: Amazonas, 1296- Mauá I
13820-000 Jaguariúna SP.

Ao Senhor
Dr. Elmir Kalil Abi Chedid
Dir.Estâncias Metrópolis Turismo e Viação
Ltda e da Expresso Met. e Viagens Ltda.
Rua Testa, 280 – Jd. São Sebastião
13.820-000 - Jaguariúna – S.P.

À
Associação de Engenheiros, Arquitetos e
Agrônomos de Jaguariúna – AEAAJ.
13820-000 Jaguariúna SP.

À Senhora
Rita de Cássia Siste Bergamasco
Vice Prefeita
Nesta

À Senhora
Maria do Carmo Santiago Leite
Presidente da OAB de Jaguariúna
R: Joaquim Bueno, 1273 – Centro
Nesta

AUDIENCIA PÚBLICA

deise ramos fernandes

sex 15/09/2017 06:25

Para: integradaadm@gmail.com <integradaadm@gmail.com>; pjaguariuna@mp.sp.gov.br <pjaguariuna@mp.sp.gov.br>; flaviatravaglini@mp.sp.gov.br <flaviatravaglini@mp.sp.gov.br>; silvia@gazetaregional.com.br <silvia@gazetaregional.com.br>; lucy@gazetaregional.com.br <lucy@gazetaregional.com.br>; katiac@gazetaregional.com.br <katiac@gazetaregional.com.br>; flavia@gazetaregional.com.br <flavia@gazetaregional.com.br>; novasertanejafm@uol.com.br <novasertanejafm@uol.com.br>; diretorfaj1@faj.br <diretorfaj1@faj.br>; diretorfaj2@faj.br <diretorfaj2@faj.br>; secretaria513@sp.senai.br <secretaria513@sp.senai.br>; jlsouza987@gmail.com <jlsouza987@gmail.com>; apaejaguariuna@uol.com.br <apaejaguariuna@uol.com.br>; anagottardo@yahoo.com.br <anagottardo@yahoo.com.br>; projetolarfeliz123@hotmail.com <projetolarfeliz123@hotmail.com>; atendimento@acijaguariuna.com.br <atendimento@acijaguariuna.com.br>; cafsouza1408@gmail.com <cafsouza1408@gmail.com>; sas@jaguariuna.sp.gov.br <sas@jaguariuna.sp.gov.br>; fernando.setuc@jaguariuna.sp.gov.br <fernando.setuc@jaguariuna.sp.gov.br>; defesasocial@jaguariuna.sp.gov.br <defesasocial@jaguariuna.sp.gov.br>; rodrigo.chiavegato@jaguariuna.sp.gov.br <rodrigo.chiavegato@jaguariuna.sp.gov.br>; seduc@jaguariuna.sp.gov.br <seduc@jaguariuna.sp.gov.br>; inaiana.vicentin@jaguariuna.sp.gov.br <inaiana.vicentin@jaguariuna.sp.gov.br>; rafaela@jaguariuna.sp.gov.br <rafaela@jaguariuna.sp.gov.br>; durlacher@jaguariuna.sp.gov.br <durlacher@jaguariuna.sp.gov.br>; lebraosantos@gmail.com <lebraosantos@gmail.com>; obras@jaguariuna.sp.gov.br <obras@jaguariuna.sp.gov.br>; flavio@jaguariuna.sp.gov.br <flavio@jaguariuna.sp.gov.br>; tania.jaguarprev@jaguariuna.sp.gov.br <tania.jaguarprev@jaguariuna.sp.gov.br>; gisele.vida@jaguariuna.sp.gov.br <gisele.vida@jaguariuna.sp.gov.br>; sms.adm@jaguariuna.sp.gov.br <sms.adm@jaguariuna.sp.gov.br>; portaldosbrindes@hotmail.com <portaldosbrindes@hotmail.com>; recepcao@jornaldejaguariuna.net <recepcao@jornaldejaguariuna.net>; coordenacao.administrativa@ajja.org.br <coordenacao.administrativa@ajja.org.br>; juridico@jaguariuna.sp.gov.br <juridico@jaguariuna.sp.gov.br>; patricia.jaguarprev@jaguariuna.sp.gov.br <patricia.jaguarprev@jaguariuna.sp.gov.br>; camilo@gazetaregional.com.br <camilo@gazetaregional.com.br>;

COMISSÃO PERMANENTE DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE

CONVITE

A Câmara Municipal de Jaguariúna, através da Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade, convida para a AUDIÊNCIA PÚBLICA para avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais - 2º Quadrimestre de 2017, da Prefeitura do Município de Jaguariúna, que ocorrerá no próximo dia 29 de setembro de 2017, sexta-feira, às 18h30min., na Sala de Sessões da Câmara Municipal, nesta cidade.

Câmara Municipal de Jaguariúna, setembro de 2017

VEREADOR AFONSO LOPES DA SILVA

**Presidente da Comissão Permanente
de Orçamento, Finanças e Contabilidade**



CÂMARA MUNICIPAL

COMISSÃO PERMANENTE DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE

CONVITE

A Câmara Municipal de Jaguariúna, através da Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade, convida toda população para participar da AUDIÊNCIA PÚBLICA para avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais - 2º Quadrimestre de 2017, da Prefeitura do Município de Jaguariúna, que ocorrerá no próximo dia 29 de setembro de 2017, sexta-feira, às 18h30min., na Sala de Sessões da Câmara Municipal, nesta cidade. Câmara Municipal de Jaguariúna, setembro de 2017

VEREADOR

AFONSO LOPES DA SILVA
Presidente da Comissão Permanente

de Orçamento, Finanças e Contabilidade

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 010/1017. DE AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 003/2017.

ROMILSON NASCIMENTO SILVA, Presidente da Câmara Municipal de Jaguariúna, Estado de São Paulo, etc. no uso das atribuições que lhe são conferidas, e com fundamento na Resolução nº 060/1991 – Regimento Interno (artigo 71, inciso V) e na Lei nº 101 – Lei de Responsabilidade Fiscal (artigo 9º, § 4º), expede o presente Edital de Convocação para a Audiência Pública nº 003/2017, a ocorrer no dia 29 de setembro de 2017 (sexta-feira), às 18h30min., na Sala das Sessões desta Câmara Municipal para:

- Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais – 2º Quadrimestre de 2017 da Prefeitura Municipal de Jaguariúna.

Fica encarregada de assumir os trabalhos de referida Audiência Pública, a Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade.

Câmara Municipal de Jaguariúna, 06

de setembro de 2017

VEREADOR ROMILSON NASCIMENTO SILVA
Presidente

Arquivado na Secretaria, afixado, na mesma data, no quadro de avisos da portaria da Câmara Municipal, e publicado na imprensa local.

ALZIRA ELEANI DE CAMPOS SOUZA VENTURINI
Diretora Geral

RESOLUÇÃO Nº 184
(Autoria: Mesa Diretora da Câmara Municipal – Biênio 2017-2018)

Dispõe sobre a concessão de Cesta Natalina aos servidores da Câmara Municipal.

ROMILSON NASCIMENTO SILVA, Presidente da Câmara Municipal de Jaguariúna, Estado de São Paulo, etc...

FAÇO SABER que a Câmara Municipal aprovou e eu promulgo a seguinte Resolução:

Art. 1º. Fica a Mesa da Câmara Municipal de Jaguariúna autorizada a

conceder, observadas as exigências da Lei 8666/93 e modificações posteriores, uma "Cesta de Natal" a cada servidor da Câmara Municipal, por ocasião do Natal do corrente ano.

Parágrafo único – A cesta referida neste artigo será composta de produtos equivalentes e concedida de forma equitativa para todos os servidores indistintamente.

Art. 2º As despesas decorrentes com a execução desta Resolução correrão por conta de dotação orçamentária específica, suplementando-se, se necessário.

Art. 3º. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. Presidência da Câmara Municipal, 05 de setembro de 2017.

VEREADOR ROMILSON NASCIMENTO SILVA
Presidente

Registrado na Secretaria e afixado, na mesma data, no quadro de avisos da portaria da Câmara Municipal.

ALZIRA ELEANI DE CAMPOS SOUZA VENTURINI
Diretora Geral



CÂMARA MUNICIPAL

COMISSÃO PERMANENTE DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE

CONVITE

A Câmara Municipal de Jaguariúna, através da Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade, convida toda população para participar da AUDIÊNCIA PÚBLICA para avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais - 2º Quadrimestre de 2017, da Prefeitura do Município de Jaguariúna, que ocorrerá no próximo dia 29 de setembro de 2017, sexta-feira, às 18h30min., na Sala de Sessões da Câmara Municipal, nesta cidade. Câmara Municipal de Jaguariúna, setembro de 2017

VEREADOR

AFONSO LOPES DA SILVA

Presidente da Comissão Permanente

de Orçamento, Finanças e Contabilidade

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 010/2017. DE AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 003/2017.

ROMILSON NASCIMENTO SILVA, Presidente da Câmara Municipal de Jaguariúna, Estado de São Paulo, etc. no uso das atribuições que lhe são conferidas, e com fundamento na Resolução nº 060/1991 – Regimento Interno (artigo 71, inciso V) e na Lei nº 101 – Lei de Responsabilidade Fiscal (artigo 9º, § 4º), expede o presente Edital de Convocação para a Audiência Pública nº 003/2017, a ocorrer no dia 29 de setembro de 2017 (sexta-feira), às 18h30min., na Sala das Sessões desta Câmara Municipal para:

- Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais – 2º Quadrimestre de 2017 da Prefeitura Municipal de Jaguariúna.

Fica encarregada de assumir os trabalhos de referida Audiência Pública, a Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade.

Câmara Municipal de Jaguariúna, 06

de setembro de 2017

VEREADOR

ROMILSON NASCIMENTO SILVA
Presidente

Arquivado na Secretaria, afixado, na mesma data, no quadro de avisos da portaria da Câmara Municipal, e publicado na imprensa local.

ALZIRA ELEANI DE CAMPOS
SOUZA VENTURINI
Diretora Geral

RESOLUÇÃO Nº 184

(Autoria: Mesa Diretora da Câmara Municipal – Biênio 2017-2018)

Dispõe sobre a concessão de Cesta Natalina aos servidores da Câmara Municipal.

ROMILSON NASCIMENTO SILVA,
Presidente da Câmara Municipal de Jaguariúna, Estado de São Paulo, etc...

FAÇO SABER que a Câmara Municipal aprovou e eu promulgo a seguinte Resolução:

Art. 1º. Fica a Mesa da Câmara Municipal de Jaguariúna autorizada a

conceder, observadas as exigências da Lei 8666/93 e modificações posteriores, uma "Cesta de Natal" a cada servidor da Câmara Municipal, por ocasião do Natal do corrente ano.

Parágrafo único – A cesta referida neste artigo será composta de produtos equivalentes e concedida de forma equitativa para todos os servidores indistintamente.

Art. 2º As despesas decorrentes com a execução desta Resolução correrão por conta de dotação orçamentária específica, suplementando-se, se necessário.

Art. 3º. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. Presidência da Câmara Municipal, 05 de setembro de 2017.

VEREADOR ROMILSON NASCIMENTO SILVA
Presidente

Registrado na Secretaria e afixado, na mesma data, no quadro de avisos da portaria da Câmara Municipal.

ALZIRA ELEANI DE CAMPOS SOUZA VENTURINI
Diretora Geral



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

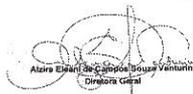
PAUTA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS – 2º QUADRIMESTRE DE 2017, EM CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NO ART. 9º, § 4º DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL (LEI Nº 101, DE 04 DE MAIO DE 2000), REALIZADA AOS 29 DE SETEMBRO DE 2017, ÀS 18:30 HS, NA SALA DE SESSÕES DA CÂMARA MUNICIPAL.

- O Sr. Presidente da Câmara Municipal faz a abertura da Audiência Pública, passando os trabalhos da mesma para o Presidente da Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade, Vereador Afonso Lopes da Silva.
- O Sr. Presidente da Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade, Vereador Afonso Lopes da Silva, convida os demais Vereadores Membros da Comissão para fazerem parte da Mesa, sendo os Srs. Cristiano José Cecon, Vice-Presidente e Luiz Carlos de Campos, Secretário.
- O Sr. Presidente da Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade explica o procedimento para a realização da referida Audiência.
 - O Representante da Secretaria de Administração e Finanças terá vinte minutos para fazer a explanação a respeito das Metas Fiscais;
 - os Vereadores poderão usar a palavra por cinco minutos, na tribuna, tendo a Secretaria de Administração e Finanças o mesmo tempo para responder, facultadas as réplicas e tréplicas;
 - as pessoas presentes na Assembléia também poderão usar a palavra por cinco minutos, desde que, devidamente inscritas, junto à funcionária da Câmara presentes na Assembléia;
- O Sr. Presidente passa a palavra ao Representante da Secretaria Municipal de Administração e Finanças para fazer a exposição das

METAS FISCAIS – 2º QUADRIMESTRE/2017

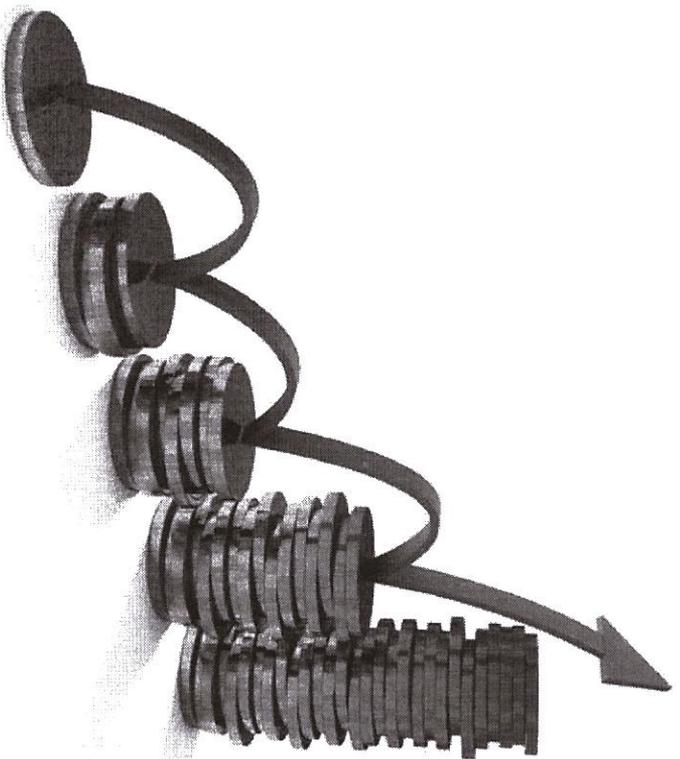
- Deixa livre a palavra aos inscritos, pela ordem, que terão no máximo, 5 minutos para uso da palavra.
-
-

- Palavras do Sr. Presidente.
- Encerramento da Audiência Pública.
- Secretaria da Câmara Municipal, aos 29 de setembro de 2017


Afonso Lopes da Silva
Diretor Geral



Prefeitura do Município de
Jaguariúna



Audiência Pública

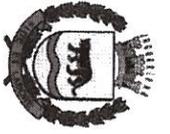
Metas Fiscais

2º Quadrimestre 2017

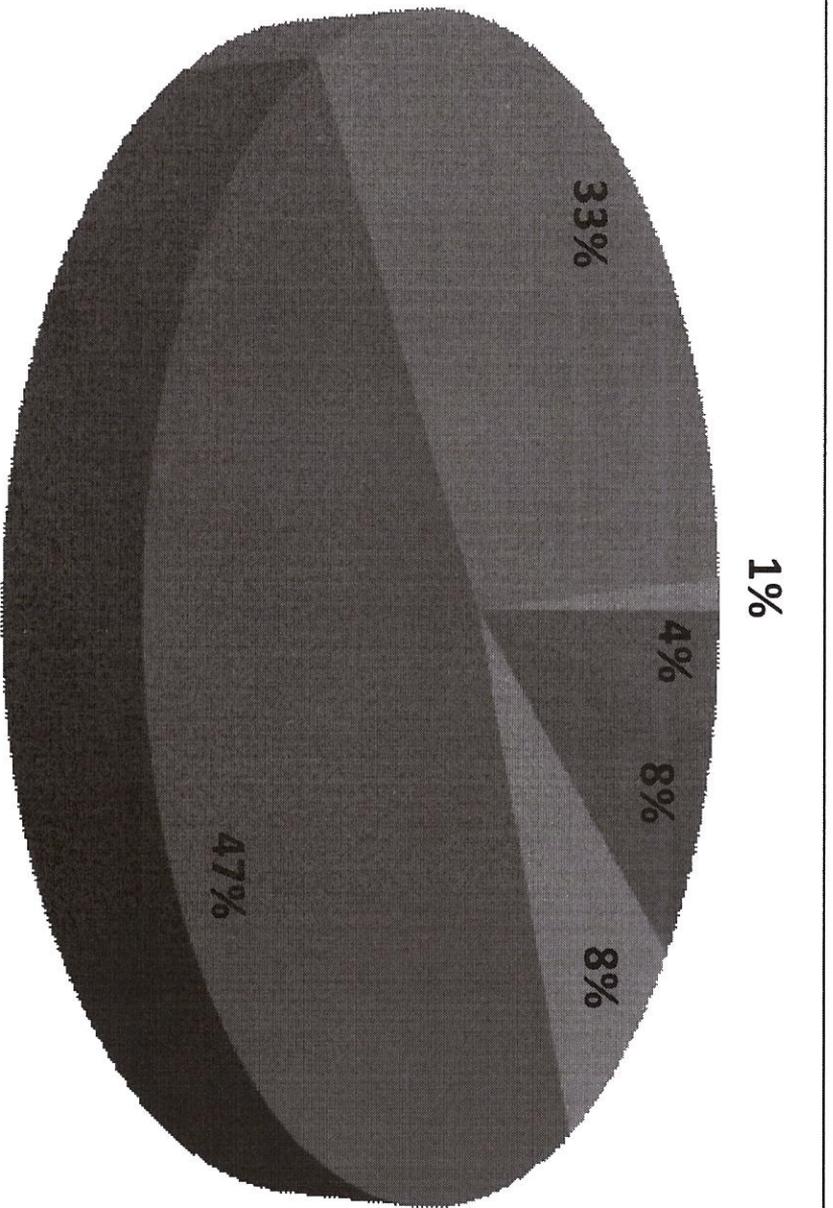


Receitas 2017

RECEITAS	VALOR PREVISTO	VALOR REALIZADO	
		2º QUADRIMESTRE	%
Receitas Correntes	R\$ 366.976.684,93	R\$ 237.536.057,94	64,73%
IPTU	R\$ 11.862.587,65	R\$ 9.091.758,78	76,64%
ISSQN	R\$ 31.824.119,67	R\$ 18.172.317,21	57,10%
FPM	R\$ 28.242.665,87	R\$ 19.229.401,26	68,09%
ICMS	R\$ 175.350.055,57	R\$ 112.314.612,67	64,05%
Demais Receitas Correntes	R\$ 119.697.256,17	R\$ 78.727.968,02	65,77%
Intra-Orçamentarias	R\$ 0,00	12.236.452,79	
(-) Contas Redutoras (ICMS, FPM, IPI, ITR, IPVA)	- R\$ 41.056.395,09	- R\$ 28.215.090,27	68,72%
Receitas de Capital	R\$ 15.521.303,16	R\$ 2.567.250,49	16,54%
Transferências de Convênios	R\$ 15.195.411,16	R\$ 2.567.250,49	16,89%
Outras Receitas de Capital	R\$ 325.892,00	R\$ 0,00	0,00%
TOTAL	R\$ 341.441.593,00	R\$ 224.124.670,95	65,64%



Receitas 2017



- IPTU
- ISSQN
- FPM
- ICMS
- DEMAIS RECEITAS
- RECEITAS CAPITAL



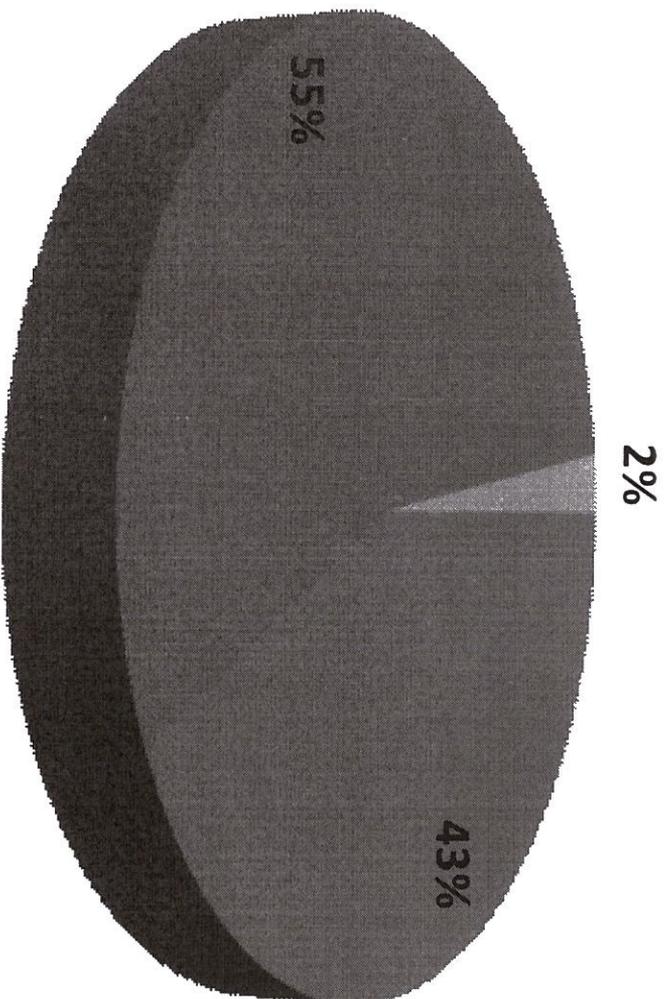
Despesas 2017

DESPESAS	VALOR PREVISTO	VALOR REALIZADO	
		LIQUIDADADO	PAGO
Despesas Correntes	R\$ 306.569.659,07	R\$ 196.527.202,14	R\$ 174.381.966,90
Pessoal e Encargos	R\$ 138.878.413,76	R\$ 86.193.764,06	R\$ 77.136.507,48
Outras Despesas Correntes	R\$ 167.691.245,31	R\$ 110.333.438,08	R\$ 97.245.459,42
Despesas de Capital	R\$ 34.771.933,93	R\$ 4.280.243,91	R\$ 3.563.055,02
Investimentos	R\$ 34.771.933,93	R\$ 4.280.243,91	R\$ 3.563.055,02
Reserva de Contingenciamento	R\$ 100.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
TOTAL	R\$ 341.441.593,00	R\$ 200.807.446,05	R\$ 177.945.021,92



Despesas 2017

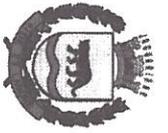
DESPESAS



■ PESSOAL E ENCARGOS

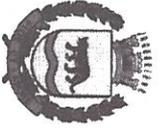
■ OUTRAS DESPESAS CORRENTES

■ DESPESAS DE CAPITAL



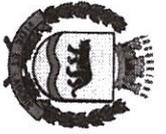
Restos a Pagar

2012	
RESTOS A PAGAR	R\$ 20.724.493,95
PAGOS (ATÉ 31/08/2017)	R\$ 18.803.705,44
CANCELADOS	R\$ 1.577.376,36
SALDO A PAGAR	R\$ 343.412,15
2014	
RESTOS A PAGAR	R\$ 19.012.378,16
PAGOS (ATÉ 31/08/2017)	R\$ 17.846.306,54
CANCELADOS	R\$ 831.564,79
SALDO A PAGAR	R\$ 334.506,83
2015	
RESTOS A PAGAR	R\$ 18.672.294,76
PAGOS (ATÉ 31/08/2017)	R\$ 16.670.878,99
CANCELADOS	R\$ 29.934,80
SALDO A PAGAR	R\$ 1.971.480,97



Restos a Pagar - Resumen

SALDO A PAGAR	
2012	R\$ 343.412,15
2014	R\$ 334.506,83
2015	R\$ 1.971.480,97
2016	R\$ 5.438.040,67
TOTAL	R\$ 8.087.440,62



DÍVIDA CONSOLIDADA

ESPECIFICAÇÃO	1º QUADRIMESTRE 2016	2º QUADRIMESTRE 2016	3º QUADRIMESTRE 2016	1º QUADRIMESTRE 2017	2º QUADRIMESTRE 2017
DÍVIDA CONSOLIDADA	R\$ 32.119.729,36	R\$ 30.080.936,57	R\$ 38.768.183,69	R\$ 57.787.468,45	R\$ 41.539.003,50



Receita Corrente Líquida

2017

(A) RECEITAS CORRENTES	R\$ 341.525.334,81
(B) PLANO PREVIDENCIÁRIO	R\$ 10.172.681,79
(C) FUNDEB	R\$ 32.190.571,45
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (A-B-C)	R\$ 299.162.081,57



Aplicações

ESPECIFICAÇÃO	VALOR APLICADO
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	R\$ 299.162.081,57
DESPESAS COM PESSOAL	R\$ 121.614.795,51
PORCENTAGEM RELAÇÃO R.C.L	40,65 %



Receitas de Impostos

ESPECIFICAÇÃO	VALOR APLICADO
IMPOSTOS MUNICIPAIS	R\$ 35.223.077,78
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO	R\$ 19.998.363,55
TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO	R\$ 122.493.770,28
TOTAL	R\$ 177.715.211,61



Aplicação na Saúde

APLICAÇÃO NA SAÚDE CONFORME ART. 77, III A.D.C.T

(A) Receita de impostos	R\$ 177.715.211,61
(B) Empenhos Liquidados	R\$ 25.256.613,87
(C) Empenhos Liquidados – ASAMAS	R\$ 33.632.967,55
(D) Auxílios e Transferências	R\$ 5.461.759,45
(E) Total Aplicado ((B+C)-D)	R\$ 53.427.821,97
(F) Porcentagem Aplicação	30,06%



Aplicação na Educação

APLICAÇÃO NA EDUCAÇÃO

(A) Receita de impostos	R\$ 177.715.211,61
(B) Total Empenhos Liquidados	R\$ 25.834.729,33
(C) Valor retido FUNDEB	R\$ 28.215.090,27
(D) Auxílios e Transferências	R\$ 4.468.708,33
(E) Total Aplicado ((B+C)-D)	R\$ 49.581.111,27
(F) Porcentagem Aplicação (A / E)	27,90%



Aplicação FUNDEB

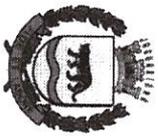
APLICAÇÃO FUNDEB

(A) Valor recebido	R\$ 22.082.021,33	
(B) Rendimentos	R\$ 72.212,84	
(C) Total (A + B)	R\$ 22.154.234,17	
(D) Total aplicado	R\$ 22.154.234,17	100%
(E) Aplicação Magistério	R\$ 18.769.587,97	84,72%



Créditos

	SALDO EM 31/12/2016	ALTERAÇÕES	SALDO EM 31/08/2017
DÍVIDA ATIVA	R\$ 48.876.816,69	R\$ 4.232.647,15	R\$ 53.109.463,84
SALDO PATRIMONIAL	R\$ 287.704.260,12	-R\$ 228.760.939,74	R\$ 58.943.320,38



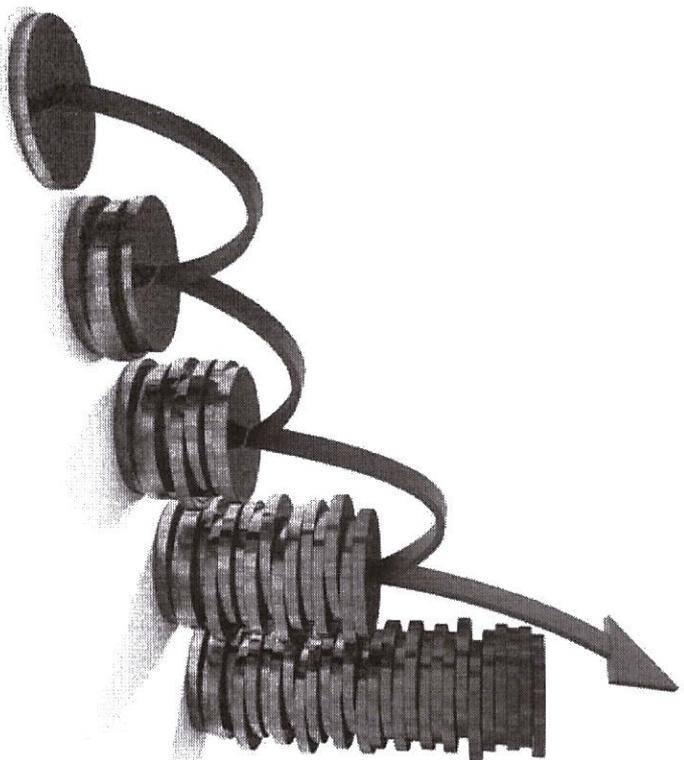
Prefeitura do Município de Jaguariúna

Marcio Gustavo B. Reis
Prefeito Municipal

Cristina Ap. Rossi Serra
Secretario de Administração e Finanças

Tânia Candozini Russo
Controle Interno

Daiane Fernanda Ferreira
Diretora Depto. Contabilidade e Orçamento



OBRIGADO



Relatório Financeiro - Saúde



APLICAÇÃO NA SAÚDE CONFORME ART. 77, III A.D.C.T

(A) Receita de impostos	➔	R\$ 155.013.942,89
(B) Empenhos Liquidados		R\$ 25.256.613,87
(C) Empenhos Liquidados – ASAMAS		R\$ 33.632.967,55
(D) Auxílios e Transferências		R\$ 5.461.759,45
(E) Total Aplicado ((B+C)-D)		R\$ 53.427.821,97
(F) Porcentagem Aplicação	➔	34,47%



Relatório Financeiro – Saúde Slide retificado



APLICAÇÃO NA SAÚDE CONFORME ART. 77, III A.D.C.T

(A) Receita de impostos	➔	R\$ 177.715.211,61
(B) Empenhos Liquidados		R\$ 25.256.613,87
(C) Empenhos Liquidados – ASAMAS		R\$ 33.632.967,55
(D) Auxílios e Transferências		R\$ 5.461.759,45
(E) Total Aplicado ((B+C)-D)		R\$ 53.427.821,97
(F) Porcentagem Aplicação	➔	30,06%



Relatório Financeiro - Saúde



APLICAÇÃO NA SAÚDE CONFORME ART. 77, III A.D.C.T

(A) Receita de impostos	➔	R\$ 155.013.942,89
(B) Empenhos Liquidados		R\$ 25.256.613,87
(C) Empenhos Liquidados – ASAMAS		R\$ 33.632.967,55
(D) Auxílios e Transferências		R\$ 5.461.759,45
(E) Total Aplicado ((B+C)-D)		R\$ 53.427.821,97
(F) Porcentagem Aplicação	➔	34,47%



Relatório Financeiro – Saúde Slide retificado



APLICAÇÃO NA SAÚDE CONFORME ART. 77, III A.D.C.T

(A) Receita de impostos	➔	R\$ 177.715.211,61
(B) Empenhos Liquidados		R\$ 25.256.613,87
(C) Empenhos Liquidados – ASAMAS		R\$ 33.632.967,55
(D) Auxílios e Transferências		R\$ 5.461.759,45
(E) Total Aplicado ((B+C)-D)		R\$ 53.427.821,97
(F) Porcentagem Aplicação	➔	30,06%

APLICAÇÃO NA SAÚDE - CONFORME ART. 77, III A.D.C.T	
(A) Receita de impostos	R\$ 155.013.942,89
(B) Empenhos Liquidados	R\$ 25.256.613,87
(C) Empenhos Liquidados – ASAMAS	R\$ 33.632.967,55
(D) Auxílios e Transferências	R\$ 5.461.759,45
(E) Total Aplicado ((B+C)-D)	R\$ 53.427.821,97
(F) Porcentagem Aplicação	34,47%

APLICAÇÃO NA SAÚDE - CONFORME ART. 77, III A.D.C.T	
(A) Receita de impostos	R\$ 177.715.211,61
(B) Empenhos Liquidados	R\$ 25.256.613,87
(C) Empenhos Liquidados – ASAMAS	R\$ 33.632.967,55
(D) Auxílios e Transferências	R\$ 5.461.759,45
(E) Total Aplicado ((B+C)-D)	R\$ 53.427.821,97
(F) Porcentagem Aplicação	30,06%

APLICAÇÃO NA SAÚDE - CONFORME ART. 77, III A.D.C.T	
(A) Receita de impostos	R\$ 155.013.942,89
(B) Empenhos Liquidados	R\$ 25.256.613,87
(C) Empenhos Liquidados – ASAMAS	R\$ 33.632.967,55
(D) Auxílios e Transferências	R\$ 5.461.759,45
(E) Total Aplicado ((B+C)-D)	R\$ 53.427.821,97
(F) Porcentagem Aplicação	34,47%

APLICAÇÃO NA SAÚDE - CONFORME ART. 77, III A.D.C.T	
(A) Receita de impostos	R\$ 177.715.211,61
(B) Empenhos Liquidados	R\$ 25.256.613,87
(C) Empenhos Liquidados – ASAMAS	R\$ 33.632.967,55
(D) Auxílios e Transferências	R\$ 5.461.759,45
(E) Total Aplicado ((B+C)-D)	R\$ 53.427.821,97
(F) Porcentagem Aplicação	30,06%



Relatório Financeiro - Saúde



APLICAÇÃO NA SAÚDE CONFORME ART. 77,III A.D.C.T

(A) Receita de impostos	➔	R\$ 155.013.942,89
(B) Empenhos Liquidados		R\$ 25.256.613,87
(C) Empenhos Liquidados – ASAMAS		R\$ 33.632.967,55
(D) Auxílios e Transferências		R\$ 5.461.759,45
(E) Total Aplicado ((B+C)-D)		R\$ 53.427.821,97
(F) Porcentagem Aplicação	➔	34,47%



Relatório Financeiro – Saúde Slide retificado



APLICAÇÃO NA SAÚDE CONFORME ART. 77,III A.D.C.T

(A) Receita de impostos	➔	R\$ 177.715.211,61
(B) Empenhos Liquidados		R\$ 25.256.613,87
(C) Empenhos Liquidados – ASAMAS		R\$ 33.632.967,55
(D) Auxílios e Transferências		R\$ 5.461.759,45
(E) Total Aplicado ((B+C)-D)		R\$ 53.427.821,97
(F) Porcentagem Aplicação	➔	30,06%

APLICAÇÃO NA SAÚDE CONFORME ART. 77, III A.D.C.T	
(A) Receita de impostos	R\$ 155.013.942,89
(B) Empenhos Liquidados	R\$ 25.256.613,87
(C) Empenhos Liquidados – ASAMAS	R\$ 33.632.967,55
(D) Auxílios e Transferências	R\$ 5.461.759,45
(E) Total Aplicado ((B+C)-D)	R\$ 53.427.821,97
(F) Porcentagem Aplicação	34,47%

APLICAÇÃO NA SAÚDE CONFORME ART. 77, III A.D.C.T	
(A) Receita de impostos	R\$ 177.715.211,61
(B) Empenhos Liquidados	R\$ 25.256.613,87
(C) Empenhos Liquidados – ASAMAS	R\$ 33.632.967,55
(D) Auxílios e Transferências	R\$ 5.461.759,45
(E) Total Aplicado ((B+C)-D)	R\$ 53.427.821,97
(F) Porcentagem Aplicação	30,06%



Relatório Financeiro - Saúde



APLICAÇÃO NA SAÚDE - CONFORME ART. 77, III A.D.C.T

(A) Receita de impostos	➔	R\$ 155.013.942,89
(B) Empenhos Liquidados		R\$ 25.256.613,87
(C) Empenhos Liquidados – ASAMAS		R\$ 33.632.967,55
(D) Auxílios e Transferências		R\$ 5.461.759,45
(E) Total Aplicado ((B+C)-D)		R\$ 53.427.821,97
(F) Porcentagem Aplicação	➔	34,47%



Relatório Financeiro – Saúde Slide retificado



APLICAÇÃO NA SAÚDE - CONFORME ART. 77, III A.D.C.T

(A) Receita de impostos	➔	R\$ 177.715.211,61
(B) Empenhos Liquidados		R\$ 25.256.613,87
(C) Empenhos Liquidados – ASAMAS		R\$ 33.632.967,55
(D) Auxílios e Transferências		R\$ 5.461.759,45
(E) Total Aplicado ((B+C)-D)		R\$ 53.427.821,97
(F) Porcentagem Aplicação	➔	30,06%



Relatório Financeiro - Saúde



APLICAÇÃO NA SAÚDE CONFORME ART. 77, III A.D.C.T

(A) Receita de impostos	➔	R\$ 155.013.942,89
(B) Empenhos Liquidados		R\$ 25.256.613,87
(C) Empenhos Liquidados – ASAMAS		R\$ 33.632.967,55
(D) Auxílios e Transferências		R\$ 5.461.759,45
(E) Total Aplicado ((B+C)-D)		R\$ 53.427.821,97
(F) Porcentagem Aplicação	➔	34,47%



Relatório Financeiro – Saúde Slide retificado



APLICAÇÃO NA SAÚDE CONFORME ART. 77, III A.D.C.T

(A) Receita de impostos	➔	R\$ 177.715.211,61
(B) Empenhos Liquidados		R\$ 25.256.613,87
(C) Empenhos Liquidados – ASAMAS		R\$ 33.632.967,55
(D) Auxílios e Transferências		R\$ 5.461.759,45
(E) Total Aplicado ((B+C)-D)		R\$ 53.427.821,97
(F) Porcentagem Aplicação	➔	30,06%

APLICAÇÃO NA SAÚDE - CONFORME ART. 77, III A.D.C.T	
(A) Receita de impostos	R\$ 155.013.942,89
(B) Empenhos Liquidados	R\$ 25.256.613,87
(C) Empenhos Liquidados – ASAMAS	R\$ 33.632.967,55
(D) Auxílios e Transferências	R\$ 5.461.759,45
(E) Total Aplicado ((B+C)-D)	R\$ 53.427.821,97
(F) Porcentagem Aplicação	34,47%

APLICAÇÃO NA SAÚDE - CONFORME ART. 77, III A.D.C.T	
(A) Receita de impostos	R\$ 177.715.211,61
(B) Empenhos Liquidados	R\$ 25.256.613,87
(C) Empenhos Liquidados – ASAMAS	R\$ 33.632.967,55
(D) Auxílios e Transferências	R\$ 5.461.759,45
(E) Total Aplicado ((B+C)-D)	R\$ 53.427.821,97
(F) Porcentagem Aplicação	30,06%

 Relatório Financeiro - Saúde 	
APLICAÇÃO NA SAÚDE - CONFORME ART. 77, III A, D, C, T	
(A) Receita de impostos	R\$ 155.013.942,89
(B) Empenhos Liquidados	R\$ 25.256.613,87
(C) Empenhos Liquidados - ASAMAS	R\$ 33.632.967,55
(D) Auxílios e Transferências	R\$ 5.461.759,45
(E) Total Aplicado ((B+C)-D)	R\$ 53.427.821,97
(F) Porcentagem Aplicação	34,47%

 Relatório Financeiro - Saúde Slide retificado 	
APLICAÇÃO NA SAÚDE - CONFORME ART. 77, III A, D, C, T	
(A) Receita de impostos	R\$ 177.715.211,61
(B) Empenhos Liquidados	R\$ 25.256.613,87
(C) Empenhos Liquidados - ASAMAS	R\$ 33.632.967,55
(D) Auxílios e Transferências	R\$ 5.461.759,45
(E) Total Aplicado ((B+C)-D)	R\$ 53.427.821,97
(F) Porcentagem Aplicação	30,06%



Relatório Financeiro - Saúde



APLICAÇÃO NA SAÚDE CONFORME ART. 77, III A.D.C.T

(A) Receita de impostos	➔	R\$ 155.013.942,89
(B) Empenhos Liquidados		R\$ 25.256.613,87
(C) Empenhos Liquidados – ASAMAS		R\$ 33.632.967,55
(D) Auxílios e Transferências		R\$ 5.461.759,45
(E) Total Aplicado ((B+C)-D)		R\$ 53.427.821,97
(F) Porcentagem Aplicação	➔	34,47%

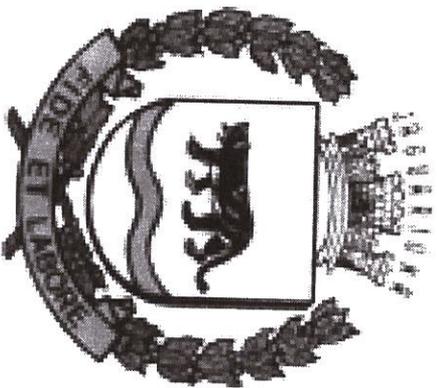


Relatório Financeiro – Saúde Slide retificado



APLICAÇÃO NA SAÚDE CONFORME ART. 77, III A.D.C.T

(A) Receita de impostos	➔	R\$ 177.715.211,61
(B) Empenhos Liquidados		R\$ 25.256.613,87
(C) Empenhos Liquidados – ASAMAS		R\$ 33.632.967,55
(D) Auxílios e Transferências		R\$ 5.461.759,45
(E) Total Aplicado ((B+C)-D)		R\$ 53.427.821,97
(F) Porcentagem Aplicação	➔	30,06%



PREFEITURA DO MUNICÍPIO JAGUARIÚNA

Estado de São Paulo

Secretaria de Administração e Finanças

Metas Fiscais 2016

Audiência Pública em 28/09/2016

2º Quadrimestre



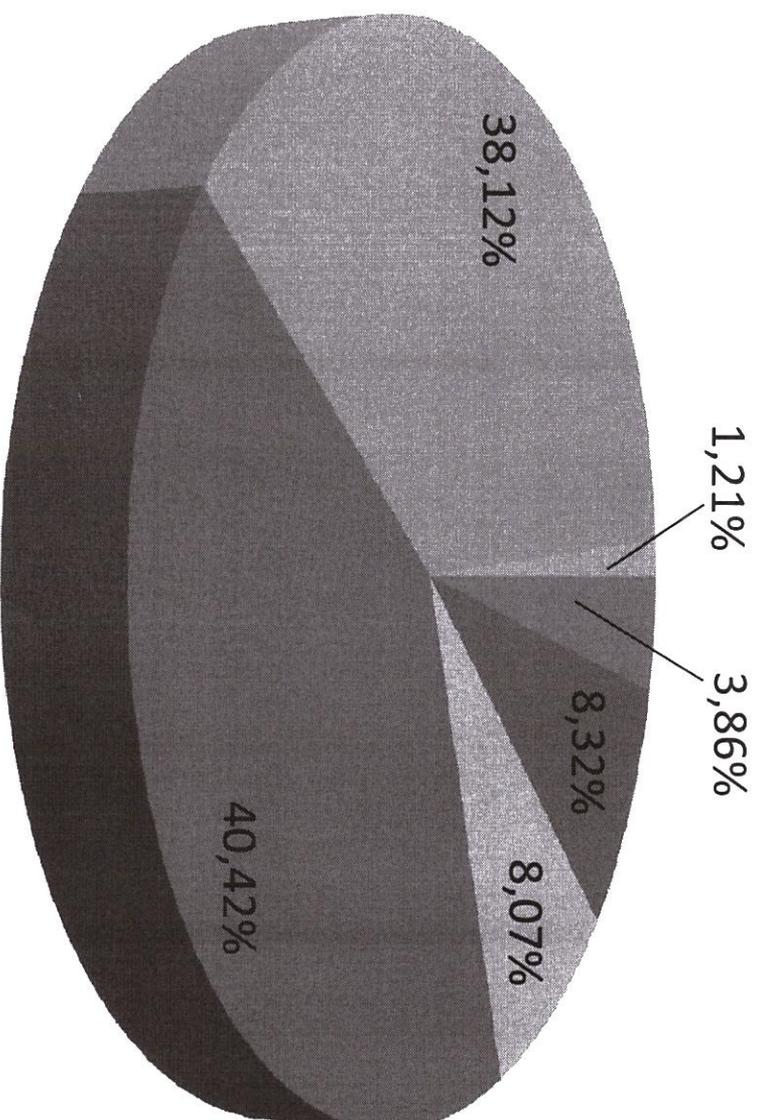
RECEITAS



RECEITAS	VALOR PREVISTO	VALOR REALIZADO	
		2º QUADRIMESTRE	%
Receitas Correntes	R\$ 354.670.306,44	R\$ 213.503.897,94	60,20
I.P.T.U.	R\$ 10.750.100,00	R\$ 8.347.496,93	77,65
I.S.S.Q.N.	R\$ 33.676.000,00	R\$ 17.970.384,54	53,36
F.P.M.	R\$ 25.600.341,00	R\$ 17.438.144,06	68,12
I.C.M.S.	R\$ 140.000.000,00	R\$ 87.362.292,08	62,40
Demais Receitas Correntes	R\$ 144.643.865,44	R\$ 82.385.580,33	56,96
Receitas Correntes – Intra-Orçamentarias	R\$ 10.915.000,00	R\$ 6.083.704,86	55,74
(-) Contas Redutoras (ICMS,FPM, IPI, ITR,IPVA)	-R\$ 32.449.100,74	-R\$ 21.005.085,86	64,73
Receitas de Capital	R\$ 19.281.440,30	R\$ 2.609.014,79	13,53
Transferências de Capital	R\$ 19.048.240,30	R\$ 2.220.632,26	11,66
Outras Receitas de Capital	R\$ 233.200,00	R\$ 388.382,53	166,54
TOTAL	R\$ 352.417.646,00	R\$ 201.191.531,73	57,09

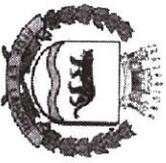


GRÁFICO - RECEITA



- I.P.T.U.
- I.S.S.Q.N.
- F.P.M.
- I.C.M.S.
- Demais Receitas Correntes
- Receitas de Capital





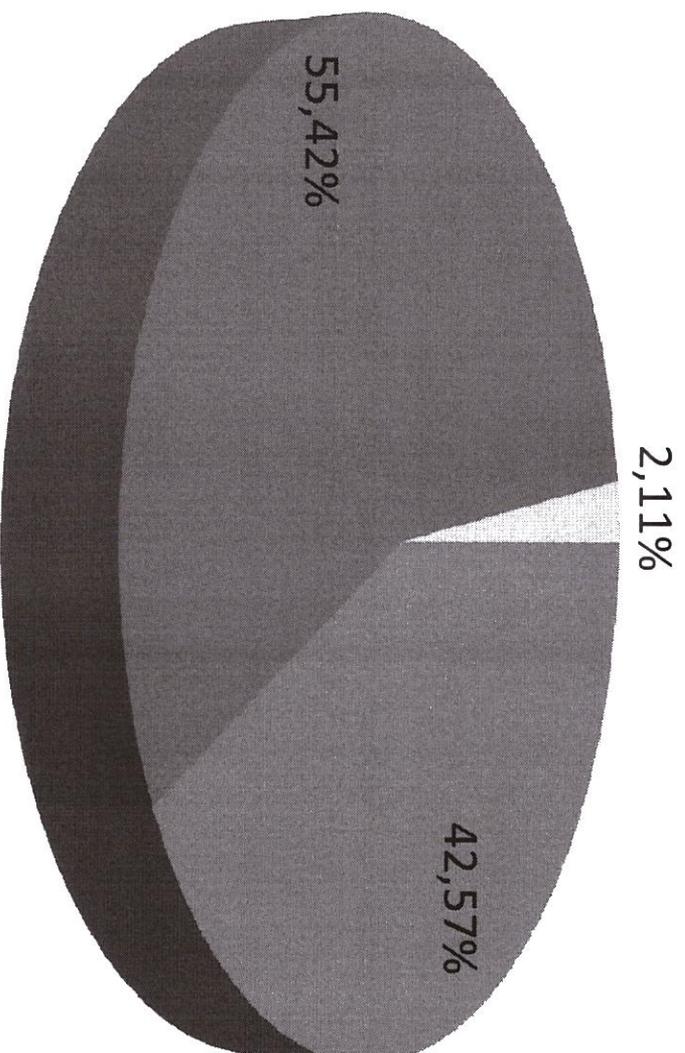
DESPESAS



DESPESAS	VALOR PREVISTO	VALOR REALIZADO		
		LIQUIDADADO	PAGO	
Despesas Correntes	R\$ 285.998.230,06	R\$ 195.950.164,54	R\$ 159.390.154,03	
Pessoal e Encargos	R\$ 125.439.085,38	R\$ 85.013.456,06	R\$ 71.490.069,10	
Outras Despesas Correntes	R\$ 160.559.144,68	R\$ 110.937.508,48	R\$ 87.900.084,93	
Despesas de Capital	R\$ 33.787.707,80	R\$ 4.232.989,54	R\$ 3.638.850,78	
Investimentos	R\$ 33.787.707,80	R\$ 4.232.989,54	R\$ 3.638.850,78	
Outras Despesas de Capital	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
Reserva de Contingenciamento	R\$ 2.591.108,14	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
TOTAL	R\$ 322.377.046,00	R\$ 200.183.954,08	R\$ 163.029.004,81	



GRÁFICO - DESPESAS



■ Pessoal e Encargos

■ Outras Despesas Correntes

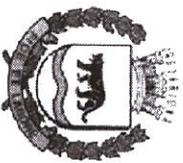
■ Despesas de Capital



RESTOS A PAGGAR



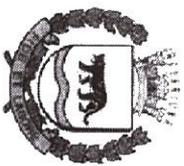
RESTOS A PAGGAR DE <u>2012</u>	R\$ 20.724.493,95
(-) VALORES PAGOS (até 31/08/2016)	R\$ 18.803.705,44
CANCELADOS	R\$ 1.329.429,55
SALDO A PAGGAR	R\$ 591.358,96



RESTOS A PAGGAR



RESTOS A PAGGAR DE <u>2013</u>	R\$ 12.771.589,33
(-) VALORES PAGOS (até 31/08/2016)	R\$ 12.447.156,20
CANCELADOS	R\$ 319.942,13
SALDO A PAGGAR	R\$ 4.491,00



RESTOS A PAGAR



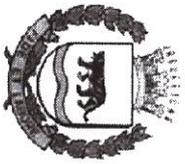
RESTOS A PAGAR DE <u>2014</u>	R\$ 19.012.378,16
(-) VALORES PAGOS (até 31/08/2016)	R\$ 17.846.306,54
CANCELADOS	R\$ 820.304,89
SALDO A PAGAR	R\$ 345.766,73



RESTOS A PAGAR



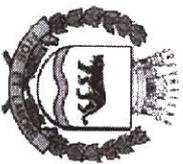
RESTOS A PAGAR DE <u>2015</u>	R\$ 18.672.294,76
(-) VALORES PAGOS (até 31/08/2016)	R\$ 16.638.670,21
CANCELADOS	R\$ 22.687,38
SALDO A PAGAR	R\$ 2.010.937,17



DÍVIDA CONSOLIDADA



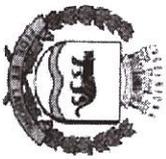
ESPECIFICAÇÃO	3º QUADRIMESTRE 2015	1º QUADRIMESTRE 2016	2º QUADRIMESTRE 2016
DÍVIDA CONSOLIDADA	R\$ 30.480.432,50	R\$ 32.119.729,36	R\$ 30.080.936,57



RECEITA CORRENTE LÍQUIDA



RECEITAS CORRENTES	R\$ 308.211.526,72
(-) Plano Previdenciário	R\$ 6.500.473,23
(-) FUNDEB	R\$ 29.958.966,17
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	R\$ 271.752.087,32



APLICAÇÕES



ESPECIFICAÇÃO	VALOR APLICADO
RÉCEITA CORRENTE LÍQUIDA	R\$ 271.752.087,32
DESPESAS COM PESSOAL	R\$ 114.674.562,86
% EM RELAÇÃO R.C.L.	42,20%



RECEITAS DE IMPOSTOS



ESPECIFICAÇÃO	VALOR REALIZADO
IMPOSTOS MUNICIPAIS	R\$ 33.544.034,47
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO	R\$ 17.902.231,91
TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO	R\$ 95.355.813,39
TOTAL	R\$ 146.802.079,77



APLICAÇÃO NA SAÚDE



RECEITAS DE IMPOSTOS	R\$ 146.802.079,77
SECRETARIA EMPENHOS LIQUIDADOS	R\$ 26.006.132,64
ASAMAS-EMPENHOS LIQUIDADOS	R\$ 30.821.727,25
AUXÍLIOS E TRANSFERÊNCIAS	R\$ 5.554.330,69
TOTAL APLICADO	R\$ 51.273.529,20
% EM RELAÇÃO A RECETA DE IMPOSTOS	35%



APLICAÇÃO NA EDUCAÇÃO



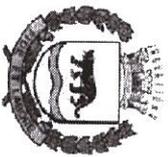
RECEITA DE IMPOSTOS	R\$ 146.802.079,77
DESPESAS COM EDUCAÇÃO	R\$ 34.184.038,55
(+) VALOR RETIDO FUNDEB	R\$ 21.005.085,86
(-) AUXÍLIOS	R\$ 5.214.085,15
VALOR APLICADO	R\$ 49.975.039,26
% EM RELAÇÃO A RECEITA DE IMPOSTOS	34%



FUNDEB



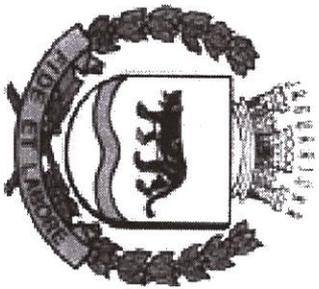
VALOR RECEBIDO	R\$ 21.312.058,94	
RENDIMENTOS	R\$ 40.406,17	
TOTAL	R\$ 21.352.465,11	
TOTAL APLICADO	R\$ 21.312.058,94	100 %
APLICAÇÃO MAGISTÉRIO	R\$ 16.251.990,05	76,3%



CRÉDITOS



	SALDO EM 31/12/2015	ALTERAÇÕES	SALDO EM 31/08/2016
DÍVIDA ATIVA	R\$ 46.291.493,57	- R\$ 2.655.179,90	R\$ 43.636.313,67
SALDO PATRIMONIAL	R\$ 280.588.373,40	R\$ 4.232.989,54	R\$ 284.821.362,94



PREFEITURA DO MUNICÍPIO JAGUARIÚNA

Estado de São Paulo

Secretaria de Administração e Finanças

Metas Fiscais 2016

2º Quadrimestre

Tarcísio Cleto Chavegato

Prefeito Municipal

Fernando Pinto Catão

Secretario de Administração e Finanças

Wagner Ferreira de Brito

Controle Interno

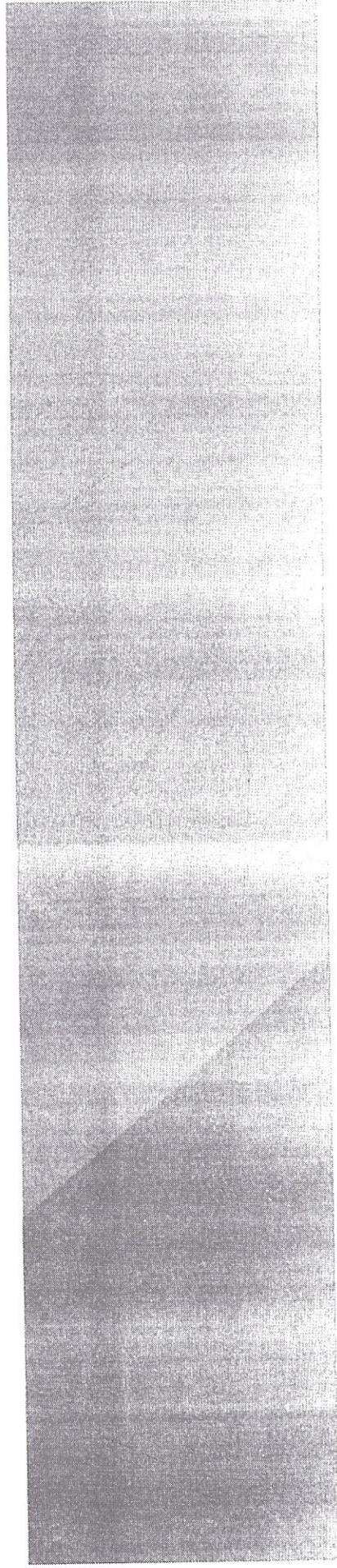
Cristina Ap. Rossi Serra

Diretora Depto. Contabilidade e Orçamento



Prefeitura do Município de Jaguariúna

Projetos 2017



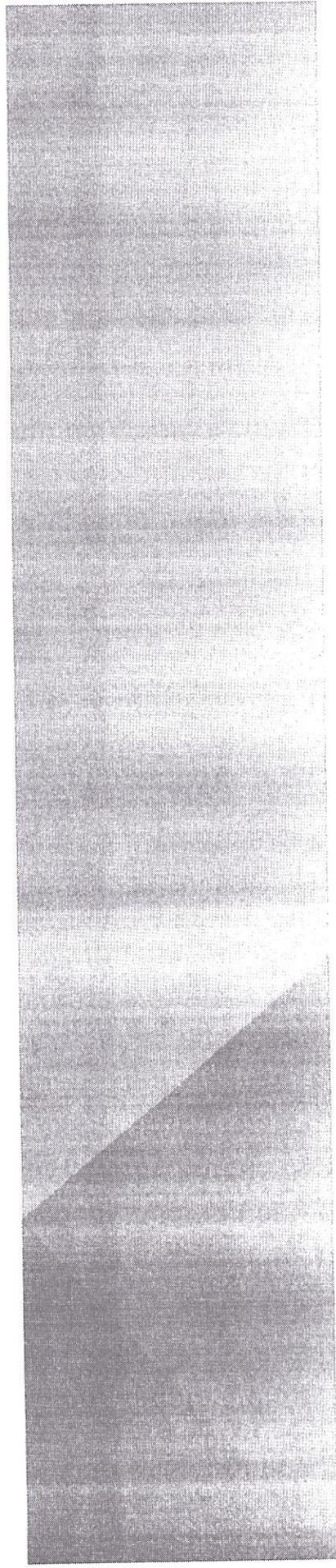
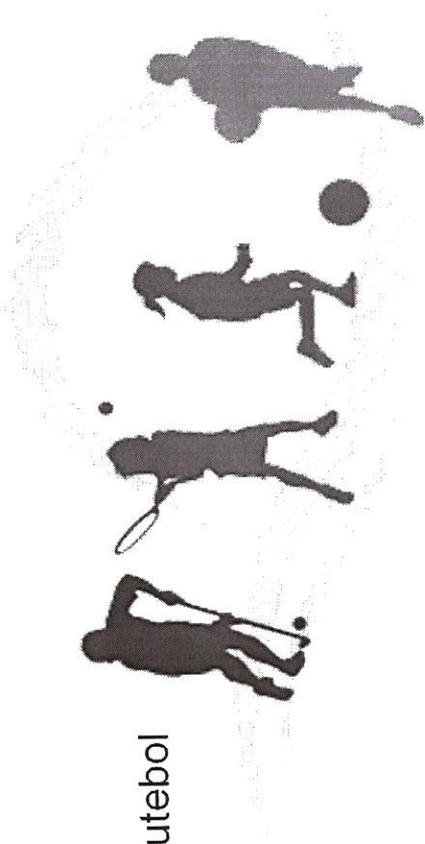
SECRETARIA - JUVENTUDE, ESPORTES E LAZER

Projetos

Projeto Campeões:

- 1- Construindo Campeões (de 06 a 17 anos) com mais de 10 modalidades
- 2- Cultivando Campeões (18 a 65 Anos) com mais de 10 modalidades
- 3- Acolhendo Campeões (acima de 65 anos) com 9 modalidades

- Amadorzão 2017 - Campeonato Amador de Futebol



SECRETARIA - TURISMO E CULTURA

Projetos

- Projeto Escola das Artes
- Carnaval
- Projeto Ponto MIS
- Paixão de Cristo
- Cavalaria Antoniana
- Café com Viola
- Piquenique Literário 1 e 2
- Re Virada Cultural
- Revitalização dos Jardins do Centro Cultural
- Férias no Teatro
- Praça do Amanhã: Parceria SESI com a Secretaria de Turismo e Cultura
- Roda de samba
- Teatro Acessível
- Exposição Fotográfica – Casa da Memória: Anos 80 /90
- Festa do Caminhoneiro
- Marcha para Jesus
- Cine Solar
- Cine Carreta Itinerante
- Aniversário da FEART – 16 anos
- Exposições Instituto de Recuperação do Patrimônio Histórico



SECRETARIA – OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

Gestão atual 2017 - Relação de serviços retomados e em pleno funcionamento



- Destinação final dos Resíduos - RCC;
- Recriação da equipe da Coleta de Galhos, Entulhos e Bagulhos no Município;
- Recapeamento Asfáltico - Operação Tapa Buracos;
- Recapeamento Asfáltico - Recorte;
- Varrição de Ruas;
- Limpeza e Roçagem de Vias Públicas;
- Limpeza e Roçagem de Terrenos Abertos e Fechados;
- Manutenção das Estrada de Terra;
- Manutenção dos Parques e Praças;
- Manutenção dos Próprios Públicos;
- Manutenção em Próprios Alugados para devida devolução com seu *status quo ante*;
- Aquisição de Materiais de Construção Civil para realização de manutenções;
- Desassoreamento de Córregos e Lagos por falta de manutenções preventivas anteriores;
- Manutenção de Redes de Águas Pluviais em diversos bairros com a substituição de tubulações;
- Manutenção de Alambrados em Parques e Praças;
- Realização de Obras ou reparos por DANOS CAUSADOS POR SERVIÇO PÚBLICO na Gestão Anterior;
- Construção de Calçamentos;
- Realização de Obras de Contenção de Erosões;
- Ampliação do quadro de funcionários CONSAB para normalizar a prestação dos serviços públicos;
- Identificação de gastos não relacionados na CIP da Iluminação Pública para correta distribuição;
- Manutenções gerais internas da Secretaria;
- Aquisição de Materiais de Escritório;
- Manutenção corretiva em toda Frota Municipal de Veículos da PMJ;
- Contratação de Mecânicos CONSAB para Oficina interna da SEOS;
- Aquisição de peças e equipamentos para Frota Municipal, exemplo: Pneus e Óleos lubrificantes;
- Aquisição de EPIs;
- Aquisição de Materiais Elétricos entre outros.

SECRETARIA – ASSISTÊNCIA SOCIAL

PROJETOS IMPLANTADOS ESTE ANO EM EXECUÇÃO.



- CREAS- mudança de Prédio para atendimento exclusivo
- CDI – Aumento de vagas
- Centralização do Cadastro Único
- Implantação do Cras Cruzeiro do Sul
- Parceria com a FAJ - cursos
- Semana do Idoso
- Assistente Social em Ação
- Cursos - Senac
- Projetos de Paif, Renda Cidadã e Descumprimento do Bolsa Família nos CRAs
- Prouni
- Neca - Reordenamento dos trabalhos em abrigos de criança e adolescentes.
- Projeto Respeitar Proteger e Garantir
- Projeto Cidade Sustentável - meta ONU
- ILC - Centro Internacional de Longevidade Brasil para realização de projeto visando a inserção da questão do envelhecimento populacional na agenda do Brasil.
- 8º Conferência da Assistência Social
- Baile da Terceira Idade
- Supervisão PSB – ministrada pela Assistente Social Rosa Federici

SECRETARIA – EDUCAÇÃO

Projeto Escola Amiga

Trata-se de um projeto itinerante, ou seja, um bairro por semana será atendido, sendo que a sede será a Unidade Escolar a qual esse bairro pertence. O projeto foi idealizado pela Prefeitura de Jaguariúna, que por meio da Secretaria de Educação viabilizou a sua execução. Também existem os parceiros que são: a Secretaria de Esportes, Secretaria de Saúde e a Faculdade de Jaguariúna.

O projeto é pioneiro na cidade de Jaguariúna, pois não se trata apenas a abrir os portões da Unidade de Ensino, mas trata-se de oferecer prestação de serviços e entretenimento a toda comunidade do entorno. Deve ficar claro, que, não é apenas a para os alunos e seus familiares, mas também para as pessoas que apenas moram no entorno escolar.

As atividades oferecidas são adaptadas de acordo com a necessidade que cada bairro, porém existe um plano básico para todos os moradores, no caso a saúde, como aferição de pressão, saúde bucal, nutrição, para o aproveitamento integral dos alimentos e várias atividades esportivas.

As Unidades Escolas têm total liberdade para criar e conseguir voluntários para o desenvolvimento de serviços e apresentações feitas pelas crianças. Os voluntários são do próprio bairro, valorizando assim, a comunidade local.

Outro item importante é que as escolas organizam venda de pastéis, bazar solidário, doces, refrigerante, sorvete, tudo com preço bem acessível para os participantes, o valor mais alto é de R\$ 4,00. Todo o dinheiro arrecadado fica para A.P.M. da Unidade de Ensino, que reverte em melhorias para os alunos.

A Secretaria de Educação fornece algodão doce de graça a todas as crianças e brinquedos como cama elástica e tobogã. Assim, todas as atividades propostas são acompanhadas por monitores.

SECRETARIA - SAÚDE

- Atenção Básica em Saúde
 - Atendimentos Médicos
 - Consultas do Enfermeiro
 - Consultas de Psicologia Adulto
 - Procedimentos de Enfermagem
 - Assistência Farmacêutica
- Odontologia
- Programa Melhor em Casa
- Centro de Atenção Psicossocial (CAPS)
- Central de Regulação
 - Exames, procedimentos e Consultas Agendadas
- Vigilância em Saúde
 - Controle de Vetores
 - Serviço de Atendimento Especializado - SAE
 - Vigilância Epidemiológica
 - Cobertura Vacinal
 - Dia "D" Campanha Influenza
 - Cobertura contra Febre Amarela
 - Bloqueio de Varicela

- Bloqueio Meningíte

Capacitações

Transportes de Pacientes

Outros Programas e Serviços

- Almostrado da Saúde
 - Centro de Referência da Criança e do Adolescente
- ## Participação em Evento





Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Ata da Audiência Pública, para avaliação do cumprimento das Metas Fiscais da Prefeitura Municipal de Jaguariúna – 2º Quadrimestre de dois mil e dezessete, em cumprimento ao disposto no art. 9º, § 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei nº 101, de 04 de maio de 2000), convocada através do Edital de Convocação nº 010/2017, datado de 5 de setembro de 2017, realizada no dia vinte e nove de setembro de dois mil e dezessete, às dezoito horas e trinta minutos, na Sala das Sessões “Vereador Reynaldo Chiavegato” da Câmara Municipal de Jaguariúna, localizada no Edifício Municipal Dr. Sebastião Paes de Almeida, nesta Cidade. Presidente Sr. Romilson Nascimento Silva. Vice-Presidente Sr. Afonso Lopes da Silva. Secretárias Sras. Cássia Murer Montagner e Inalda Lúcio de Barros Santana. Presentes os Srs. Vereadores: Afonso Lopes da Silva, José Muniz, Luiz Carlos de Campos, Romilson Nascimento Silva, e Walter Luís Tozzi de Camargo. Deixaram de comparecer os Srs. Alfredo Chiavegato Neto, Ângelo Roberto Torres, Cássia Murer Montagner, Cristiano José Cecon, David Hilário Neto, Inalda Lúcio de Barros Santana, Rodrigo da Silva Blanco e Taís Camellini Esteves. Presente, também, a Sra. Cristina Aparecida Rossi Serra, Secretária Municipal de Administração e Finanças, convidada, especialmente, para fazer as explicações a respeito das Metas Fiscais, sendo que a mesma fez parte da Mesa. Inclusive com estas autoridades, estavam presentes na Sala das Sessões, aproximadamente, vinte pessoas, conforme consta de Lista de Presença anexada ao Processo. O Sr. Presidente da Casa, Vereador Romilson Nascimento Silva, cumprimentou a todos e deu início à Audiência Pública dizendo que a mesma era realizada para cumprimento ao disposto no art. 9º, § 4º da Lei de Responsabilidade fiscal (Lei nº 101, de 04 de maio de 2000), motivo pelo qual passou os trabalhos daquela Audiência para a Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade, na pessoa do seu Presidente o Vereador Afonso Lopes da Silva, que cumprimentou a todos, dizendo que como o Presidente falou, eles estariam fazendo a Audiência Pública sobre a questão do cumprimento de metas do segundo quadrimestre, e iria convidar o Vereador Bozó, que fazia parte da Comissão, e que gostaria que ele fizesse parte da Mesa, e que o Vereador Cecon, outro membro da Comissão, não estava presente, estariam aguardando, e citou o nome completo do Vereador Bozó, Luiz Carlos de Campos; a seguir, disse que iriam fazer a Audiência, a princípio, ele convidou a Secretária de Finanças, a Sra. Cristina Rossi Serra, e ela iria fazer a exposição, e logo após ele abriria para perguntas, e cada pessoa iria ter cinco minutos, de acordo com a pauta, para estar fazendo a pergunta, e a Cristina teria o mesmo tempo para poder responder, e passou a palavra à Cristina para que começasse os trabalhos; a Sra. Cristina Aparecida Rossi Serra, Secretária Municipal de Administração e Finanças, cumprimentou a todos, agradecendo pela presença de todos, desejando que eles pudessem ser multiplicadores das informações que fossem passadas ali, porque no decorrer da Audiência, existia a possibilidade das pessoas chegarem, ou não, mas eles tinham o papel de divulgar as informações que iriam ser passadas; disse que a pauta era o

u. 1



Câmara Municipal de Jaguarina

Estado de São Paulo

cumprimento de metas estabelecidas de acordo com o orçamento, devidamente executado; disse que podiam começar o Segundo Quadrimestre de dois mil e dezesseis; no primeiro slide tinha o demonstrativo das Receitas, primeiro o Valor Previsto no Orçamento; na segunda coluna o executado até o Segundo Quadrimestre e o percentual de execução em relação àquilo que foi orçado; disse que dentro de Receitas Correntes, iriam destacar o IPTU, que eles arrecadaram setenta e seis vírgula sessenta e quatro por cento do valor previsto, que eram onze milhões e oitocentos, e arrecadado nove milhões e noventa e um, e que sabiam que o IPTU, ele tinha o maior índice de arrecadação no início do ano; ISSQN que eles arrecadaram cinquenta e sete vírgula dez por cento daquilo que foi previsto em Orçamento, previsto trinta e um milhões e oitocentos e vinte e quatro, arrecadado dezoito milhões, cento e setenta e dois; o FPM, que eles tinham arrecadado até aquele momento, sessenta e oito por cento, previsto em Orçamento, previsto vinte e oito, duzentos e quarenta e dois, arrecadado dezenove, duzentos e vinte e nove; o ICMS, arrecadaram sessenta e quatro, zero cinco por cento, do previsto em Orçamento, um orçamento de cento e setenta e cinco milhões, trezentos e cinquenta, arrecadado cento e doze, trezentos e quatorze; as Demais Receitas Correntes, sessenta e cinco por cento daquilo que foi previsto, previsto cento e dezenove milhões, seiscentos e noventa e sete, arrecadado setenta e oito milhões, setecentos e vinte e sete; disse que depois tinham as Contas Redutoras que compunham o FUNDEB da União; tinham as receitas de Capital, as transferências de convênios, e daquilo que estava previsto, eles arrecadaram dezesseis ponto oitenta e nove por cento, e que ali retratava, realmente, um contingenciamento de repasse por parte da União e do Estado para o Município e que eles tinham uma previsão de quinze milhões cento e noventa e cinco, ou melhor tinham ainda, e que só arrecadaram só dezesseis; e Outras Receitas de Capital que ali eles tinham a questão de alienação de ativos, que não foi feito nenhum leilão aquele ano, ainda, e do total previsto, eles tinham arrecadado sessenta e cinco ponto sessenta e quatro por cento, de trezentos e quarenta e um, quatrocentos e quarenta e um, inicialmente previsto, arrecadaram duzentos e vinte e quatro, cento e vinte e quatro; disse que ali valia ressaltar que ela trouxe, inclusive, para os Vereadores que era o primeiro mandato, que não acompanharam a execução do Segundo Quadrimestre que seria o mesmo período do exercício de dois mil e dezesseis, e que ela trouxe ali uma via da audiência que foi feita do exercício de dois mil e dezesseis, referente a esse mesmo período, e que iria deixar ali na Câmara, aquele que se interessasse em pegar uma cópia estava à disposição, estava a Audiência na íntegra, e que, naquele primeiro quadro, onde eles tiveram uma arrecadação de duzentos e vinte e quatro milhões, no mesmo período de dois mil e dezesseis, eles arrecadaram duzentos e um milhões, então, eles arrecadaram agora, em dois mil e dezessete, no mesmo período, dez por cento em média da arrecadação total; disse que do IPTU, no primeiro período, no mesmo período de dois mil e dezesseis, eles arrecadaram setenta e sete por cento, e naquele ano setenta

CA

[Handwritten signature]

[Handwritten initials]



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

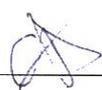
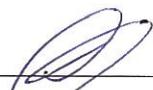
e seis, sessenta e quatro; dentro daquilo previsto, o mesmo percentual de arrecadação; do ISSQN, eles tiveram um aumento ali de quatro por cento, no mesmo período, no ano passado, cinquenta e três e naquele ano, cinquenta e sete; disse que a questão do FPM, estava exatamente o mesmo percentual; o ICMS eles arrecadaram no ano anterior, neste mesmo período, sessenta e dois por cento do previsto, naquele ano arrecadaram sessenta e quatro; disse que a questão das Demais Receitas Correntes, no ano anterior, nesse período, oitenta e dois, e naquele ano, sessenta e cinco e setenta e sete; disse que, na média, eles tiveram uma arrecadação de dez por cento maior que o exercício de dois mil e dezesseis, neste mesmo período; falou que, se eles considerassem que parte dessa Receita foi comprometida naquele ano para pagar os trinta milhões, então, eles não tinham um excesso de caixa, porque essa arrecadação foi comprometida, e as despesas foram pagas, e eram despesas que não tinham nem como negociar, e que eram diretamente ligadas ao funcionalismo; o próximo slide, era um gráfico, onde eles sabiam que a maior fatia da arrecadação do Município era o ICMS, quarenta e sete por cento; trinta e três por cento do IPTU, ou melhor, das Demais Receitas, quatro por cento de IPTU; ISSQN, oito por cento, e o FPM, oito; disse que no mesmo período, em dois mil e dezesseis, o ICMS representava quarenta e um por cento da arrecadação; o IPTU ali eles tinham quatro, no ano anterior foi três e oitenta e seis; a questão do ISSQN, manteve, exatamente, oito por cento; o FPM, oito por cento, também, no ano anterior, e as Demais, realmente, dava os trinta e três; disse que ali eles viam que estava muito próximo do previsto do ano passado arrecadado, e o previsto naquele ano, efetivamente arrecadado; o próximo quadro falava das Despesas, e que eles tinham um valor previsto de orçamento de cento e trinta e oito milhões, foi liquidado oitenta e seis milhões; Outras Despesas Correntes, que eram as demais despesas da Prefeitura, que não eram despesas de investimentos, foram liquidadas cento e dez, trezentos e trinta e três milhões; disse que os Investimentos, tiveram quatro milhões, duzentos e oitenta, dentro de um previsto de trinta e quatro e a Reserva de Contingenciamento, não tinham nada liquidado; disse que, na verdade, no mesmo período de dois mil e dezesseis, a Despesa Liquidada era de duzentos milhões, cento e oitenta e três, novecentos e cinquenta e quatro, zero oito, e naquele ano, duzentos milhões, oitocentos e sete, quatrocentos e quarenta e seis, zero cinco, e que estava na mesma proporção; o próximo quadro era um gráfico com a demonstração da Despesa com Pessoal, quarenta e três por cento, dois por cento de Despesa de Capital, cinquenta e cinco das Demais Despesas Correntes; o próximo slide mostrava o posicionamento dos Restos a Pagar, e que tinham ali um saldo de dois mil e doze de trezentos e quarenta e três, um saldo de dois mil e quatorze de trezentos e trinta e quatro, de dois mil e quinze de um milhão, novecentos e setenta e um; no próximo slide, dois mil e dezesseis, um saldo de cinco milhões, quatrocentos e trinta e oito, de trinta e cinco, pagaram vinte e sete, considerando que isso, praticamente, refletia um mês de arrecadação financeira, que eles



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

pagaram dentro de "Restos a Pagar", e dentro daquele crescimento, dentro daqueles Restos a Pagar não tinham as confissões de dívidas, e que isso eram só, realmente, valores liquidados, empenhados e liquidados; disse que a Despesa tinha três estágios, ela tinha o empenhamento, depois ela tinha a liquidação, que é a efetiva realização daquela despesa, o reconhecimento, que era quando chegava a nota fiscal, e tinham o pagamento, e que o liquidado e o pago era diferente; na área pública a liquidação era o reconhecimento daquela dívida, e o pagamento efetivo; a despesa liquidada não podia ser cancelada, a menos que ela tivesse um processo justificando aquele cancelamento; no próximo quadro dizia do saldo a pagar, total, no hoje, era de oito milhões e oitenta e sete, que era a soma do saldo desses quatro exercícios, dois mil e doze, trezentos e quarenta e três mil, dois mil e quatorze, trezentos e trinta e quatro, dois mil e quinze, um milhão, novecentos e setenta e um, dois mil e dezesseis, cinco milhões, quatrocentos e trinta e oito; disse que, na verdade, em dois mil e dezesseis, todos poderiam observar, no material que ela iria deixar à disposição, que, do saldo deixado de vinte milhões, neste mesmo período de dois mil e dezesseis, dos restos que foram deixados, foram pagos dezoito milhões, e naquele ano eles conseguiram pagar vinte e sete milhões de um montante de trinta e cinco; Dívida Consolidada era o próximo slide, e tinham ali o primeiro quadrimestre, o segundo e o terceiro de dois mil e dezesseis, foi fechado dois mil e dezesseis em trinta e oito, e que esse quadrimestre de dois mil e dezessete foi feito um acerto, porque o próprio sistema processou em duplicidade o valor de dezessete milhões, foi montado um processo sobre isso, e aumentou para quarenta e um devido aos precatórios que chegaram naquele ano; os precatórios que deviam ser pagos até o final daquele ano; disse que a partir da semana que viria, eles tinham que obedecer uma ordem de pagamento desses precatórios, e que tinham precatórios de valores bem altos, e que eles queriam liquidar isso, e a programação era para que fosse liquidado até o mês de novembro, e que seria, então, a primeira parcela, e que a intenção deles era para a semana que viria, estavam esperando a posição da folha de pagamento e da arrecadação, para que dezembro eles pudessem ter a tranquilidade de pagar décimo terceiro e empenhamento dos encargos; próximo quadro, a Receita Corrente Líquida: disse que a Receita Corrente Líquida, ela não era composta pela Receita daquele ano só, ela era composta pela Receita daquele ano e dos doze meses anteriores; disse que dentro do cálculo da Receita Corrente Líquida era abatido o Plano Previdenciário, e isso eram as receitas, e que o JaguarPrev, hoje, era um fundo, e que as receitas que eram computadas e contabilizadas lá, eram incorporadas para que eles mandassem um balancete consolidado, não era uma autarquia, e que aqueles dez milhões eram receitas intra-orçamentárias, que não eram receitas da Prefeitura, eram aquelas que eram importadas do JaguarPrev, e que eles tinham o FUNDEB ali, que, na composição do fundo, da receita de ICMS, de IPVA, de IPI, ICMS, vinte por cento compunha esse fundo, e depois era distribuído para eles, ele entrava para eles como receita do FUNDEB, que era



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

“per capita” por aluno, mas ele não era uma receita do Município, então, ele era deduzido, também, para que fosse composto esse valor de Receita Corrente Líquida, e que essa mesma metodologia e que ela foi utilizada no mês de agosto, no mês de julho, de junho, até... que eram onze meses retroativos, e que eles chegaram nessa base de cálculo ali; pediu o próximo quadro e disse que o pessoal tinha se esquecido de alterar a questão de um slide da Saúde, que foi apresentado na quarta-feira, e que ela trouxe a retificação, iria deixar cópia do slide, que compôs a Aplicação na Saúde, porque o sistema deu uma diferença e foi tirado de uma aba do relatório e deu uma aplicação de trinta e quatro por cento, e que ela iria retificar esse slide, ela estava com o material ali e que, na verdade, era trinta por cento na Saúde, e que ela tinha trazido mais de dez cópias ali para que fosse retificado esse slide; disse que a Receita Corrente Líquida de duzentos e noventa e nove que foi apurada no slide anterior, era a base para cálculo da despesa com pessoal, e que eles tiveram uma Despesa com Pessoal e Encargos que deu quarenta por cento, quarenta vírgula sessenta e cinco por cento; disse que no exercício de dois mil e dezesseis, neste mesmo período, a Despesa com Pessoal, que estava neste material, cento e quatorze milhões e setecentos, que representava quarenta e dois ponto vinte, e que estava na íntegra, que ela iria entregar depois; o próximo slide eram as Receitas de Impostos, que, na verdade tinha sido aquele slide que deu a base de cálculo para aplicação na Saúde, equivocadamente; disse que, na verdade, a Receita de Impostos Municipais, mais as transferências da União, mais as transferências do Estado deram cento e setenta e sete milhões; no exercício passado, o mesmo período, eles tinham uma Receita de cento e quarenta e seis milhões, e que se vissem, a queda do Município, ou melhor, um aumento de trinta e um milhões que, realmente, vinham para os cofres municipais, financeiramente foi utilizado para pagar os compromissos que ficaram; o próximo quadro falava ela refez a Aplicação na Saúde, e trouxe o material para que eles levassem, retificando o material da Audiência da Saúde; disse que a Receita de Impostos do Município de cento e setenta e sete, Empenhos Liquidados, de vinte e cinco milhões, duzentos e cinquenta e seis, que era o da Secretaria de Saúde, os Empenhos da ASAMAS, no valor de trinta e três milhões, seiscentos e trinta e dois, os Auxílios e Transferências para a Saúde no valor de cinco milhões e quatrocentos, que eram abatidos desse total aplicado da somatória dos Empenhos liquidados, e que chegaram a um total aplicado de cinquenta e três milhões, quatrocentos e vinte e sete, que dava trinta vírgula zero seis; disse que no mesmo período em dois mil e dezesseis a aplicação na Saúde era de trinta e cinco por cento; Aplicação na Educação, era o próximo slide, que era a mesma base da Receita de Impostos, o total de Empenhos Liquidados da Educação, o valor retido no FUNDEB, era considerado Aplicação na Educação, embora não se tivesse a liberdade de aplicar, ele entrava no cálculo como aplicação os vinte por cento que eram retidos dos Impostos e das Transferências, o total aplicado, tirando os auxílios e transferências que vieram para a Educação, do FNDE, do



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Estado, e valia observar ali que a merenda escolar não entrava, e o total aplicado de quarenta e nove milhões, quinhentos e oitenta e um, que dava vinte e sete vírgula nove por cento do total das Receitas de Impostos, no mesmo período em dois mil e dezesseis, o percentual de aplicação era de trinta e quatro por cento; o próximo slide tinha o resumo do FUNDEB, o valor total recebido naquele ano foi de vinte e dois milhões, zero oitenta e dois, rendimentos de aplicações no valor de setenta e dois mil reais, e que dava um total de receita de vinte e dois milhões, cento e cinquenta e quatro, e que eles tiveram cem por cento de aplicação do FUNDEB, e, em atendimento ao limite exigido por lei, mínimo obrigatório, no Magistério de sessenta por cento, eles aplicaram dezoito milhões, setecentos e sessenta e nove, que representava oitenta e quatro vírgula setenta e dois da Receita do FUNDEB, e que atingiram o limite mínimo sessenta, e que o mesmo período de dois mil e dezesseis a aplicação no Magistério foi de setenta e seis vírgula três por cento; o próximo quadro era a questão dos créditos, a questão da Dívida Ativa do Município, do saldo de cinquenta e três milhões, cento e nove, e que, na verdade o REFIS Municipal teve uma procura muito pequena e que foi montada uma nova estratégia interna para a cobrança dessa dívida e o REFIS foi aprovado pela Câmara Municipal, na verdade a prorrogação até o dia vinte e um de dezembro dando oportunidade do Município, inclusive para utilizar o décimo terceiro para vir acertar; disse que a procura foi grande, porém, quando falava-se que, realmente, para se parcelar tinha que pagar a primeira parcela, quem estava desempregado, voltou ao emprego, provavelmente, cheio de dívidas, também prioritárias, necessárias para pagar, e que eles optaram por prorrogar, justamente, para aquele dia porque era um dinheirinho que esse pessoal ia receber em dezembro, e iria ter a oportunidade de pagar essa primeira parcela e continuar o pagamento no ano que viria; disse do Saldo Patrimonial, essa variação, como foi explicada no Quadrimestre anterior, foi, realmente, ajuste, ajuste de moeda, porque eles tinham patrimônios antigos, que estavam em moeda "cruzado", ainda, em "cruzeiro", "cruzado novo", e que, então, foi feita uma reavaliação, e o Tribunal tinha até ciência disso, foi apresentado todo esse material para eles; disse que o que podiam observar ali era que eles atingiram as metas, estavam dentro daquilo de arrecadação; a Aplicação na Saúde e na Educação, ela, embora estivesse menor ali, foram desenvolvidas várias atividades, e que ela trouxe um material complementar para apresentar ali para todos, depois iria ficar à disposição, destacando alguns projetos que foram desenvolvidos, alguns que foram retomados, que no hoje eles estavam numa cidade dinâmica, onde ela estava em movimento de segunda a segunda, todos os dias algo estava acontecendo, algum benefício, alguma atividade estava sendo oferecida para a população; disse que iria pedir para colocarem o slide, e quem tivesse interesse no material, ela deixaria o material ali, porque detalhes desses projetos, os Secretários poderiam até esclarecer depois; e pediu para colocar o slide que tinha o nome "Projetos 2017"; disse que tinha trazido uma via desse material e que iria disponibilizar para



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

a Alzira depois quem quisesse saber mais detalhes de cada projeto, poderia procurar o Secretário da Pasta, foram eles que lhes passaram, e que iriam iniciar, primeiro, com o Esportes, e que no hoje eles tinham alguns projetos que não existiam e que foram criados com um custo muito controlado, que era o “Construindo Campeões”, de seis a dezessete anos, com mais de dez modalidades; o segundo, “Cultivando Campeões”, de dezoito a sessenta e cinco anos com mais de dez modalidades, e “Acolhendo Campeões”, acima de sessenta e cinco anos, com nove modalidades; disse que quem acompanhava a Secretaria de Esportes talvez pudesse falar assim, “mudou o nome do Projeto”, que, na verdade, esse projeto já existia; disse que o Secretário estava à disposição para maiores esclarecimentos de alguma alteração, que pudesse ter havido, e o “Amadorzão 2017”, que foi o Campeonato; o próximo quadro falava da Secretaria de Turismo e Cultura, embora fosse uma Secretaria muito dinâmica, vários projetos ali mostrados foram com parcerias nas próprias Secretarias e foram com custo muito pequeno para o Município e alguns até com custo de espaço zero, e que tinham em andamento, o Projeto Escola das Artes, teve um Carnaval muito modesto, porém teve o evento, o Projeto Ponto Mis, Paixão de Cristo, a Cavalaria Antoniana, o Café com Viola, Piquenique Literário Um e Dois, a Re Virada Cultural, Revitalização dos Jardins do Centro Cultural, Férias no Teatro, Praça do Amanhã: Parceria SESI com a Secretaria de Turismo, Roda de Samba, Teatro Acessível, a Exposição Fotográfica da Casa da Memória, Anos Oitenta/Noventa, Festa do Caminhoneiro, Marcha para Jesus, Cine Solar, Cine Carreta Itinerante, Aniversário da FEART, dezesseis anos, e Exposições do Instituto de Recuperação do Patrimônio Histórico; disse que no slide dela estava dezesseis, mas era doze: Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, e dentro da Secretaria de Obras, muitos serviços que estavam paralisados, eles foram retomados, que era a Destinação Final de Resíduos, eles sabiam que estava prejudicada, não estava paralisada, mas estava prejudicada; a Recriação da Equipe da Coleta de Galhos, Entulhos e Bagulhos; Recapeamento Asfáltico - Operação Tapa Buracos; Recapeamento Asfáltico, Varreção de Ruas; Limpeza Roçagem de Terrenos, Vias Públicas, Terrenos Abertos e Fechados; Manutenção das Estradas de Terra, Manutenção dos Parques e Praças, m Próprios Públicos, Manutenção em Prédios Alugados com a devida devolução com seus status quo;; Aquisição de Materiais de Construção Civil para realização de manutenções, Desassoreamento de Córregos e Lagos, por falta de manutenção preventiva que acabava saindo com um custo um pouco maior; Manutenção de Alambrados em Parques; Realização de Obras por danos causados por Serviços Públicos; Construção da Calçamentos; Realização de Obras de Erosões; Ampliação do Quadro de Funcionários do CONSAB para normalizar a prestação de serviços; identificação de gastos não relacionados na CIP para correta distribuição; Manutenções gerais internas da Secretaria; Aquisição de Materiais de Expediente de Escritório; Manutenção corretiva em toda Frota Municipal; disse que no decorrer daquele tempo, não estava fácil, contratação de



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

mecânicos para a oficina interna da Secretaria de Obras, para que aquele custo ficasse menor; Aquisição de peças e equipamentos, pneus e óleos, materiais elétricos e outros; no outro quadro falou da Secretaria de Assistência Social: o CREAS, CDI, aumento de vagas, Centralização do Cadastro Único; Implantação do CRAS Cruzeiro do Sul; Parceria com a FAJ para cursos; a Semana do Idoso; Assistente Social em Ação; Cursos no SENAC; Projetos de PAIF, Renda Cidadã e Descumprimento de Bolsa Família no CRAS; PROUNI; Reordenamento dos trabalhos em abrigos de crianças e adolescentes; Projeto Respeitar, Proteger e Garantir; Projeto da Cidade Sustentável, que era uma meta da ONU; ILC - Centro Internacional de Longevidade Brasil para a realização de projeto, visando a inserção na questão de envelhecimento populacional na agenda do Brasil; Oitava Conferencia da Assistência Social. Baile da Terceira Idade e Supervisão do PSB, ministrada pela Assistente Social Rosa Federic; disse que na Secretaria da Educação tinham o Projeto da "Escola Amiga", que lá estava a apresentação de como funcionava aquele projeto, o desenvolvimento das várias Secretarias e tiveram a Semana da Capacitação na Educação, onde até desde os motoristas foram capacitados e orientados, e outras áreas na Educação e aquele projeto Escola Amiga tinha sido referência, além de atingir os alunos, ele se estendia para a população do bairro e, de certa forma, aquilo que era comercializado lá dentro, na sua totalidade, todo o recurso arrecadado lá, ele era revertido para a APM, que acabava indo para um benefício de melhorias até na escola e para os alunos; disponibilizava algumas coisas, mas outras as que eram custeadas, o recurso ficava na própria escola; disse que a Secretaria de Saúde, como tiveram a audiência na quarta feira, lá estava de maneira bem sintética todos os projetos, manutenção de alguns e melhoramentos, e alguns que foram reabertos, que estavam paralisados mesmos, não tinham atendimentos, as campanhas, cada uma nas suas áreas, na atenção básica, na Odontologia, Programa Melhor em Casa, Psicossocial, a Central de Regulação, Vigilância em Saúde, além de capacitação também dos servidores, como foi colado lá na quarta feira, Campanha de Vacinação, e o almoxarifado da Saúde que estava prejudicado o fornecimento de medicamentos e foi retomado, era claro que tinha muito a fazer, dentro daquilo que eles arrecadaram e os compromissos que eles assumiram e pagaram, daquilo que ficou e dentro daquilo que estava sendo realizado no ano corrente; falou que eles estavam abertos para sugestões, até era um Governo bem aberto, o Prefeito estava à disposição para sugestões de melhorias e todo aquele material, ela voltava a repetir, que iria deixar à disposição na Casa, para quem tivesse interesse, tanto das metas do período do ano passado, confirmando aqueles dados, quanto dos projetos que foram dotados; quem tivesse maior interesse, poderia procurar detalhadamente o Secretário de cada pasta, que ele estaria preparado para esclarecer; a seguir, o Sr. Presidente agradeceu a Sra. Cristina Serra, dizendo que naquele momento ele iria abrir para inscrições, como ele já havia falado lá, que dentro da regra da pauta, a pessoa teria cinco minutos para

CS *PS* *u.*



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

questionamentos, e aquele mesmo tempo a Cristina também teria para responder; a seguir, pediu a palavra o Sr. Luiz Carlos de Campos, dizendo que primeiro ele queria falar da satisfação dele em ver que os números estavam melhorando em Jaguariúna, eles já esperavam por aquilo; comentou que a Cristina disse que em relação ao ano passado a Receita teve um acréscimo em torno de dez por cento; e a senhora Cristina concordou que sim, que tiveram uma arrecadação no segundo quadrimestre de duzentos e um milhões cento e noventa e um, quinhentos e um e setenta e três, que deu cinquenta e sete vírgula zero nove, e tiveram duzentos e vinte e quatro, que deu sessenta e cinco, então, ela colocou uma média, dava uns oito, nove por cento, e ela colocou dez por cento no total; o Sr. Luiz Carlos de Campos disse que era importante aquilo e ele já esperava aquilo porque eles tinham dito lá, eles iam na tribuna e falava que naquele ano arrecadaram X do que o ano anterior, e as pessoas perguntavam baseado em que, porque aqueles números não batiam; daí se entrou no site da Secretaria da Fazenda, tinham aqueles números, só que se olhassem com atenção até um pouquinho antes da audiência pública, no site da Secretaria da Fazenda, e até agosto que era o segundo quadrimestre do ano corrente, tinha uma soma de oitenta e nove milhões, oitocentos e quarenta e um mil seiscentos e noventa reais e onze centavos, daí se eles olhassem lá no slide que a Cristina mostrou, o ICMS deu cento e doze, e aqueles dados que saíam no site da Secretaria da Fazenda, já estava deduzido o valor do FUNDEB, até ele tinha feito a conta e deu três centavos de diferença, e que era importante eles estarem acompanhando; então, quando eles iam na Tribuna e falava que tinham arrecadado X a mais do que o ano passado, era com base, porque entravam no site da Secretaria da Fazenda e os indicadores que apareciam lá já estavam deduzidos os valores do FUNDEB, mas era importante eles terem aquele meio de consulta; disse que o mais importante na Administração Pública era arrecadar bem e gastar bem, aplicar bem o dinheiro; perguntou para a Sra. Cristina se já tinha saído o índice provisório do ICMS, e a Sra. Cristina disse que já tinha saído e no projeto que tinha chegado naquele dia, naquela Casa, ela não ia se lembrar de cabeça, mas já estava com o índice novo; o Sr. Luiz Carlos perguntou se tinha um acréscimo razoável e ela disse que não variou muito, não, e que a grande esperança era no próximo ano ou no ano seguinte, ela acreditava que sim, por conta da Sky, que estava trabalhando atualmente de quinze a vinte por cento da capacidade dela, em torno de setenta e cinco milhões adicionados; o Sr. Luiz Carlos disse que as pessoas os questionavam a respeito do ICMS, dizendo que iria melhorar bastante no caso da Sky, e ele acreditava que iria melhorar, mas era sempre dois anos atrasados os dados que a Secretaria da Fazenda utilizava para estar apurando o índice, então, ela começando a funcionar em dois mil e dezessete como já começou, ela já passava a pagar o ICMS; a Sra. Cristina disse que já começou e estava de quinze a vinte por cento; o Sr. Luiz Carlos disse que já entrava no bolo do ICMS, que era rateado para os municípios, de acordo com o índice de cada um, e se ela começou em dois mil e

 9



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

dezessete, só em dois mil e dezenove eles iriam ver aquele reflexo, e muita gente pensava que era imediato; a Sra. Cristina disse que, na verdade, era uma expectativa que era real; o Sr. Luiz Carlos disse que da parte dele ele queria deixar registrado que ele ficou satisfeito em ver aqueles números e ele achava que tinha de ser daquela forma mesmo e ele iria repetir que dinheiro público tinha de ser gasto com responsabilidade, daí acabavam vendo resultados; parabenizou a Sra. Cristina pela exposição dela; a seguir, o Sr. Presidente chamou a Sr. Rita do Sindicato, Rita Granado, lembrando que seriam cinco minutos; a seguir, fez uso da palavra a Sra. Maria Rita Elisa Granato, Presidente do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais, devidamente inscrita, que cumprimentou a todos, perguntando para a Sra. Cristina, que diante da pouca arrecadação, diante da situação econômica do país, e diante de uma dívida que o Município tinha, ela questionava, porque ela via que algumas coisas não batiam, diante do decreto de calamidade financeira, que gerou o decreto de calamidade; disse que naquele dia tiveram reunião para tentarem fazer equiparação salarial dos vigias, igual aos vigilantes, e eles estavam sempre pedindo alguns benefícios para os servidores, e a resposta que eles sempre tinham era que ainda não tinham verba para aquele procedimento, e aquela foi a resposta daquele dia, que haveria uma possibilidade a partir de janeiro, mas ela abria o jornal, a Imprensa Oficial e se deparava com algumas contratações, como por exemplo, ela queria que a Sra. Cristina explicasse que lá estava o extrato de nota de empenho e depois vinha um pregão, perguntou se aquela nota já era um pagamento, e a Sra. Cristina disse que não, e a Sra. Rita perguntou se ela poderia explicar porque estava um valor muito alto; a Sra. Cristina perguntou qual o valor que estava e qual o serviço, qual o objeto; a Sra. Rita disse que o serviço era de transportes de atletas, e o valor era de cento e quarenta e quatro mil, seiscientos e trinta e nove reais; a Sra. Cristina disse que a ata de registro de preços, que era aquele pregão presencial que a Sra. Rita estava olhando, que o pregão tinha a modalidade de ata de registro de preços, e não era feito um empenho do valor total, a ata era um fornecimento parcial, porém não regular, de acordo com a necessidade da Administração, então poderiam observar no jornal que iriam ver a publicação de algumas notas de empenho, então, aquele pregão era para doze meses, pegava aquele valor, era uma ata feita para doze meses, não era feita reserva de dotação orçamentária, ele iria ter, apareceria um campeonato que fosse para os idosos, dentro dos projetos que desenvolviam na Secretaria, então, ele fazia uma solicitação via ofício, para a contabilidade, justificando que ele iria querer uma viagem de X quilômetros, para tal cidade, para tantas pessoas, de tal valor, daí, sim, era feito o empenho, só daquilo que efetivamente seria utilizado; a Sra. Rita perguntou se aquele era um valor que estava empenhado, a Sra. Cristina disse que não estava empenhado; a Sra. Rita perguntou se era um valor que estava reservado que depois iria descontando conforme a necessidade; e a Sra. Cristina disse que nem reserva era feita, e exemplificou dizendo que iria colocar lá



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

onze mil por mês, uma previsão, e teria mês que ele poderia gastar dois, outro mês poderia gastar cinco; a Sra. Rita perguntou se aquilo significava que aquele cento e quarenta e quatro mil reais em doze poderia não ser gasto; a Sra. Cristina disse que sim, sem dúvida nenhuma, porque se ela fazia um contrato, ela teria de ter uma reserva da dotação e tinha de ter o empenho proporcional ao exercício, e se fechasse um contrato naquele dia que não fosse uma ata, porque a ata tinha de ter características, por ser uma ata, se não tinha uma programação, se não era um gasto certo, era diferente dela contratar uma empresa que fosse prestar serviços todos os meses e que ela iria pagar X valor, ela não poderia fazer uma ata; a Sra. Rita perguntou se aquele extrato de pregão de uma empresa de jornalismo, se aquele era concreto, e a Sra. Cristina disse que não, nenhuma ata não era e que conforme a necessidade ela era utilizada e que, normalmente, não se utilizava o total, aquilo era normal, então, o contrato tinha de ter o empenho e a reserva e a ata, não; a Sra. Rita disse que aquele esclarecimento que a Sra. Cristina estava dando lá era importante, porque quando se abria um jornal e se deparava com um valor daquele se assustava; disse, ainda, que alguns dias atrás saiu um vídeo fazendo propaganda da Escola das Artes, e que aquele vídeo criou uma grande polêmica, e perguntou de onde saiu o custo daquele vídeo, e a Sr. Cristina disse que aquele vídeo foi produzido pela própria Secretaria de Turismo, foram os funcionários que gravaram, o pessoal da Comunicação editou e publicou; a Sra. Rita perguntou se o custo foi de mão de obra Municipal, e a Sra. Cristina disse que, sim, que foi o pessoal da Cultura; a Sra. Rita disse que ele foi bastante polêmico, que foram bastantes servidores questionar à ela sobre o custo do vídeo, que tinha uma categoria, muito bem feito; parabenizou quem fez; e a Sra. Cristina disse que ela foi dar os parabéns para o pessoal da Comunicação, para a Leda, e a Leda disse que eles só editaram, que aquele vídeo foi gravado pela Secretaria de Cultura; a Sra. Rita Granato disse que ela estava falando uma coisa que ela, também, não viu até o final, mas seria bom que no final, para ver se existia um esclarecimento de que ele não foi produzido lá dentro; e a Sra. Cristina disse que aquelas pessoas eram todos os alunos da Escola das Artes, quem cantou, quem dançou, eram professores e aluninhos, inclusive algumas pessoas falaram que viu fulano, cicrano no vídeo, então, foi gravado lá e editado pela Comunicação; e a Sra. Rita perguntou se existia aquela possibilidade de quando houvesse aquela publicação no jornal, que ela via que não aparecia o custo e não dizia que foi com custo zero; e a Sra. Cristina disse que acreditava que a Comunicação pudesse fazer matérias sobre aquilo e ela iria repassar, porque ficou muito bom e eles imaginavam, quanto custou um vídeo daquele, mas foi feito pelo pessoal da Cultura e editado, e quando ela foi dar os parabéns, falaram que não foram eles, que eles só editaram; a Sra. Rita Granato agradeceu os esclarecimentos; a seguir, o Sr. Presidente disse que o próximo inscrito era o Laurentino, e o chamou na tribuna; fez uso da palavra, então, o Sr. Luís Laurentino Gomes, cidadão, devidamente inscrito, que cumprimentou a todos dizendo que a Dívida Ativa, que ele viu no



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

papel, ela só se referia a dois mil e dezesseis, e a Sra. Cristina disse que era a acumulada, e o Sr. Luís Laurentino perguntou da de dois e doze, porque só tinham Restos a Pagar, e se tinha um valor da Dívida Ativa deixada em trinta e um de dezembro de dois mil e doze; e a Sra. Cristina disse que não tinha separado, aquilo era acumulado, mas se pegasse o balanço estava no balanço; o Sr. Luís Laurentino perguntou se eles conseguiriam, e ela disse que conseguiria, era só pedir que ela passaria, sem dúvida; o Sr. Luís Laurentino disse que ele queria saber os precatórios de dois mil e dois pra trás e de dois mil e dezesseis até dois mil e treze, e a Sra. Cristina disse que os precatórios ela teria de levantar porque eles receberam o ofício até um ano até o Orçamento do exercício seguinte, e ela já ia dizer que a demanda maior de um precatório, ela aconteceu mesmo no ano passado, eram ações trabalhistas, tinham na verdade um precatório que era um valor muito elevado, que eles parcelaram, reparcelaram e a Gestão anterior quitou, que era de uma área, não era trabalhista, daí ficou do ano passado, que eles pagaram até o primeiro quadrimestre, foram quitados, e aqueles que foram inseridos naquele ano, eles tinham de ser pagos no ano corrente; foi previsto no Orçamento e quitaria no ano corrente, e ela poderia levantar aquele histórico de precatórios para ele, também, não teria problema, até porque só tinha, na verdade, um grande e, atualmente, estavam com uns precatórios de uns valores muito altos, até de seiscentos mil reais; o Sr. Luís Laurentino Gomes perguntou se a folha de pagamento estava em torno de quarenta por cento da Receita Líquida; e a Sra. Cristina Rossi Serra disse que era sobre a Receita Corrente Líquida e que a Receita Corrente Líquida não era a do ano atual e, sim, era do mês atual de agosto, os onze anteriores, que utilizava aquela normativa de formação da Receita; o Sr. Luís Laurentino falou a respeito do RPA, se ela tinha um quantitativo, de quantos RPAs, estavam trabalhando na Prefeitura, e a Sra. Cristina falou que ela acreditava que eram em torno de uns trezentos, pensava ela, porque fizeram uma contratação na Educação, chamaram pelo concurso para poderem eliminar aquilo; o Sr. Luís Laurentino perguntou se ela poderia fornecer aquela listagem de todos os RPAs, onde estavam alocados e ela disse que ele poderia entrar tudo no mesmo requerimento, e ele disse que pensou em ir lá e pegar; e a Sra. Cristina disse que não, porque tinha de ser de maneira protocolar, e ele disse que faria um pedido, e perguntou se aquelas informações não deveriam ter sido levadas junto com as Metas Fiscais, porque senão eles ficavam só olhando números lá e não chegavam à conclusão; e a Sra. Cristina Serra disse que aquilo era detalhes que ela poderia ver depois, e que a Meta Fiscal, pegava a Lei de Responsabilidade Fiscal, o conteúdo da audiência era aquele, e que aquele ela levou por conta dela e que não era obrigatório e ela iria deixar lá, mas ele não compunha, e o que estava dentro da exigência da Lei eles tinham de ter, tanto que o Tribunal olhava aquele material, o Tribunal pegava aquele material da Audiência, e eles tinham de enviar, via AUDESP, "scaneada" a ata da audiência que Câmara fornecia, eles enviavam a ata, tudo que foi tratado, via eletrônica, para o Tribunal de Contas e



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

quando ele ia na auditoria “in loco”, ele pegava o material, pegava os balancetes e conferia, para ver se os dispositivos foram expostos, se as dúvidas foram esclarecidas e se a ata estava de acordo com aquilo que foi apresentado lá, ele pedia tudo, e que, na verdade, era “in loco”; disse que, atualmente, não, e que eles tinham um prazo para enviar e enviou; ele poderia falar que estava indo lá olhar a ata da audiência, e que ele poderia fazer aquilo; o Sr. Luis Laurentino Gomes disse que na verdade deveria estar discriminado, e que ele estava olhando lá no informativo que saiu no mês atual, de RPA, e dava seiscentos e setenta e um mil; e a Sra. Cristina disse que era em valores, e que já chamaram um pessoal para substituir alguns RPAs da Educação, porque, atualmente, era praticamente a Educação que mantinha os RPAs; o Sr. Luís Laurentino perguntou se iria abrir o concurso, e ela disse que sim; e ele disse que tinha uma última pergunta a respeito da arrecadação, e será que a arrecadação iria atingir o previsto; e a Sra. Cristina falou se ele olhasse a média que tinha sido arrecadado até aquele momento, tinham algumas Receitas que ela achava que iria arrecadar até um pouquinho mais, e outras não iriam atingir, não, então, na média ela não acreditava que eles iriam atingir o total, e o Sr. Luís Laurentino perguntou se as Despesas iriam acompanhar, e ela falou que não, que iria ser na mesma medida e eles já estavam fazendo reuniões, porque a questão de arrecadação, por exemplo, a arrecadação de Receita de Capital, a Receita de Capital, ela disse que não poderia pagar folha de pagamento, então, viam lá que tinham transferências, que foi a única Receita de Capital, e a transferência que ia, ela com certeza cem por cento dela era atrelada a algum convênio, que era atrelado a um projeto específico e ela não poderia gastar um centavo em outra coisa do que estava lá, então, de repente poderia ter um excesso de arrecadação, mas era de capital, então não poderia pagar folha com ele, não poderia pagar RPA com ele; o Sr. Luís Laurentino Gomes disse à Cristina que ele tinha falado que seria a última pergunta mas, baseado no que ela falou, ele tinha lembrado de uma importantíssima, com relação em estar fazendo contingenciamento, fazendo economia mesmo; ele viu que tinha sido contratado uma empresa para fazer o PPA, LOA, LDO; a Secretária disse que sim; novamente, tomou a palavra o Sr. Laurentino perguntando, se o pessoal de antigamente que estava na Prefeitura continuavam todos lá e foram eles que fizeram aquilo, não seria uma forma de economizar e chamar aquele pessoal e fazer aquele plano? A Sra. Secretária disse que já tinha sido chamado; o Sr. Laurentino disse que ela mesma já tinha participado; novamente, a Secretária Cristina disse que já tinha sido chamado e que teria um contingenciamento; o Sr. Luís Laurentino perguntou se era cinquenta e seis mil que tinha sido pago? A Sra. Secretária disse que sim, cinquenta e seis mil; o Sr. Luís Laurentino perguntou, novamente, se ela achava que era uma contratação que, realmente, precisava, não dava para ser evitado? A Sra. Cristina Serra tomou a palavra dizendo que seria clara e que já tinha respondido aquela pergunta, inclusive para a Rita, no primeiro Quadrimestre, na primeira pergunta dela tinha sido sobre aquela contratação, então, ela



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

disse o seguinte: funcionava daquela forma, a Prefeitura tinha os servidores da Contabilidade, então, eles tinham lá Assistente de Gestão Pública, igual à contratação para a Saúde, igual aquele que marcava consulta, igual aquele... mas, pouco foi investido no servidor em termos de cursos e capacitação e, que, inclusive o Tribunal tinha apontado, tanto que, a Escola de Contas, que seria implementada no próximo ano, iria de encontro, já, com aquela dificuldade que tinha de formar os servidores; disse que a Rita tinha trabalhado lá dentro e ela sabia daquilo, as pessoas, dificilmente um servidor público, se interessava em capacitação; houve um período que tinha sido instituído uma capacitação interna onde era explicado até o que era uma Liquidação de Despesa, foi com custo zero, era ministrado por um servidor da Prefeitura e, de início, foram poucas pessoas mas, foi um fiasco; na semana seguinte já não foi um, outro, até que aquilo tinha acabado; então, dentro da Prefeitura, para cumprir aquele primeiro ano, o prazo, sabendo que eles tinham que ter a apuração real, casar o Plano de Governo, porquê o plano era completamente diferente, naquele ano eles estavam trabalhando com um orçamento que foi feito de acordo com o comportamento de uma outra gestão, então, se adequaram com o que tinham lá e não tinham servidores que entrassem capacitados para aquilo, não teve investimento para isso, era uma peça extremamente...eram três peças extremamente técnicas que, era claro, se tivesse um servidor capacitado era muito mais fácil para ele levantar os pontos da Cidade, de quem morava aqui, alguém que já conhecia o histórico, ficaria mais fácil a elaboração mesmo, mas, se tivesse um servidor; um dos servidores que ela estava capacitando para aquilo, dentro do Departamento de Contabilidade, saiu e montou um escritório; ele tinha ajudado muito a ela, nas memórias e tudo e na hora que ele viu que ele estava bem, ele saiu e montou um escritório, foi trabalhar por conta; o Sr. Luís Laurentino perguntou se ela fez parte da comissão do levantamento da dívida? A Sra. Cristina perguntou se era da dívida daquele ano? Disse que não, ela não tinha feito parte; fez mais uma vez uso da palavra o Sr. Luís Laurentino Gomes dizendo que gostaria de ver o relatório, porque não tinha sido publicado o relatório, perguntou; a Secretária disse que ela poderia até levar e ele poderia até pedir no mesmo requerimento; naquele momento o Sr. Luís Laurentino Gomes disse que era o relatório e que seria só aquilo mesmo; perguntou ainda se ficaria cara a contratação da Escola das Contas? A Sra. Secretária disse que não iria contratar uma Escola de Contas, iria ser feita lá; o Sr. Luís Laurentino Gomes perguntou se seria com os próprios funcionários? A Secretária disse que sim, iriam ter os funcionários que iriam, desde uma solicitação de compras, alguém do Departamento de Compras poderia dar aquela capacitação, dentro da realidade, porque de um Município para outro as rotinas internas também eram diferentes, então, iriam capacitar servidor para trabalhar aqui; voltando a palavra o Sr. Luís Laurentino Gomes, este disse que gostaria de propor para as próximas apresentações que aquelas informações acompanhassem, ele não sabia se o Presidente gostaria de enaltecer aquela necessidade, porque eles iam lá e gostariam

[Handwritten signatures]



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

de ter aquelas informações mais amplas; A Sra. Secretária disse que tudo bem, eles poderiam levar aquilo; o Sr. Luís Laurentino Gomes disse que aquilo até enaltecia e até ajudava a Administração, a verdade era aquela; tomou a palavra a Sra. Secretária dizendo que aquela informação, a informação era pública e que foi contratada uma empresa que iria atualizar o tão sonhado Portal da Transparência na Prefeitura; o Sr. Luís Laurentino Gomes disse que teve que trocar aquela empresa; voltando a fala, a Secretária disse que já abriram a licitação e que estavam tirando as dúvidas técnicas do edital, mas da Transparência e se as pessoas tivessem a oportunidade, eles tiveram a grande felicidade de contratar uma empresa que tinha um portal excelente e que já tinham começado os levantamentos, então, tudo aquilo iriam ter com acesso fácil e rápido porque no momento tinham um portal que até quem tinha conhecimento técnico não conseguia tirar uma informação de lá; o Sr. Luís Laurentino Gomes disse que, na qualidade de gestora da Receita e Despesa da Prefeitura e as finanças toda, será que não daria para colocar em tempo real como previa a Lei da Transparência? A Secretária disse que era isso, seria assim, a empresa tinha sido contratada para aquilo; entre outras coisas o Sr. Luís Laurentino Gomes disse que ele estava muito atrasado, agradeceu; tomou a palavra o Sr. Presidente da Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade, Afonso Lopes da Silva que agradeceu o Sr. Laurentino, dizendo que, sobre aquela questão poderia disponibilizar o site da Prefeitura que, dependendo do que quisesse ou se questionava poderia entrar lá, no link e de certa forma estaria lá; com a palavra, a Secretária Cristina Rossi Serra que disse que estaria tudo disponível em tempo real, como o Laurentino havia falado que era a exigência da lei; então, conseguiram uma empresa, graças a Deus, porque estavam torcendo, porque para que ganhasse uma empresa que tivesse um portal que alguém, com conhecimento técnico, conseguisse entrar lá e entender e ter acesso, tanto uma pessoa que não trabalhasse na área pública e conseguisse uma informação; então, já estavam sendo feitos os levantamentos e que era uma questão de cumprimento da lei, não era nem só de deixar disponível para que a população tivesse acesso, não, era a lei da acessibilidade, ela teria que funcionar e iria funcionar, até que enfim; naquele momento do Presidente da Comissão perguntou se havia mais alguém inscrito, a seguir o Vereador Walter Luís Tozzi de Camargo pediu a palavra, desejando boa ao Presidente da Comissão, Membros, Secretária e todos os presentes e que o primeiro questionamento, disse à Cristina, no primeiro Quadrimestre foram apresentados números que estavam equivalentes, haviam um equilíbrio nos números de Receita e Despesa; no segundo quadrimestre, aparentemente, a situação se mantinha na mesma normalidade, porém, sabiam que no terceiro quadrimestre, geralmente, tinha uma queda na arrecadação, havendo queda e havendo manutenção das despesas constantes já se estudava um plano de ação para que não chegasse ao final do ano com as contas no vermelho? A Sra. Secretária Cristina disse que sim, que já estavam sendo feitas as reuniões; no dia anterior



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

foi com o CAF, que era o Comitê de Análise Financeira, onde se reuniam duas vezes por semana, todas as semanas, e no dia anterior foi feita uma reunião com os Secretários, onde foram passadas as primeiras orientações para todos os Secretários ali presentes, estavam no momento, no dia anterior, ela já tinha avisado que seriam reuniões individuais com cada Secretário, com o CAF, para que aqueles serviços não fossem prejudicados; então, se havia uma otimização e uma união para que aqueles resultados fossem positivos, de maneira nenhuma eles queriam prejudicar a qualidade da limpeza pública, era aquilo que estava sendo... tudo aquilo foi levantado, as maiores despesas, destaques e que iriam começar as reuniões individuais com cada Secretário; o Sr. Vereador Walter Luís Tozzi de Camargo disse que na Audiência Pública da Saúde, os números foram corrigidos; a Secretária disse que sim, e, que inclusive, trouxe as cópias; continuando a fala o Vereador disse que, pelo slide apresentava trinta e quatro por cento da Despesa com Saúde, na realidade era de trinta por cento; a Educação com vinte e sete por cento, dentro daquele panorama que ele fez uma pergunta a ela e que iria repetir de uma outra maneira, o risco de comprometer as duas áreas Saúde e Educação não existia, não é? Que foi colocado; a Secretária disse que não, aqueles seriam os serviços finalísticos; o Vereador Walter Tozzi perguntou se não haveria a possibilidade alguma; a Secretária disse que não; com a palavra o Vereador disse que, entretanto, tinham outros serviços no Município que passavam por dificuldades, por exemplo, o Saneamento Básico tinha outras situações que eram tão essenciais quanto a limpeza urbana, conservação, tapa buracos, enfim, aquelas metas que seriam traçadas de contingenciamentos, provavelmente, para a finalização do final do ano, aquelas áreas iriam passar por aquele crivo ou ainda não tinham nada determinado? A Sra. Secretária disse que, inicialmente, não tinha como contingenciar, por exemplo, um tratamento de água, não tinha condições, iria economizar produto químico? Não tinha condições, porém, ela tinha como ajustar cobrança da água e que estava sendo feito um levantamento que existiam áreas que estavam sendo cobradas de maneira inadequada e como não podia segurar a Despesa tinha que aumentar a Receita, aquilo não tinha outro jeito, era igual na casa de cada um, se não pudesse ganhar mais, iria cortar a despesa, mas se tiver a possibilidade de trabalhar para ganhar um pouquinho mais, sabia que daria uma folguinha; então, o serviço finalístico essencial, porque o saneamento se fosse ver, ele estava ligado diretamente à Saúde, existiam municípios que, inclusive, era vinculado à Secretaria de Saúde, então, aquilo não seria prejudicado, não iria, mas já estavam com estudos internos para reaver todos os levantamentos; no momento eles tinham o Regis que estava na Secretaria de Saneamento Básico, eles estavam sobrecarregados, evitando contratar pessoal, entre pessoal e produto químico, iriam trabalhar, fazer uma força tarefa e que tinha uma legislação, tinham uma vigilância, CETESB, uma série de órgãos que fiscalizava aquela área da mesma forma que tinha a população fiscalizando a saúde e, talvez, a população não teria capacidade de avaliar o



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

tratamento da água, mas tinham órgãos que fiscalizavam, a questão do reajuste de água foi perdido seis meses de reajustes, por quê? Por uma questão muito fácil de ser resolvida, era só separar a despesa da água e esgoto do Saneamento Básico, da Gestão Ambiental, que eram duas áreas distintas, então, naquele ano a execução estava sendo separada para que pudesse cobrar de maneira justa; então, dentro dos serviços finalísticos, aquilo que não tinha como cortar, não iriam cortar, não iriam ser prejudicados; internamente, os servidores já estavam sabendo que iriam botar a mão na massa, trabalhar para poder economizar; tomou a palavra o Vereador Walter Luis Tozzi de Camargo perguntando com relação à Receita e Despesa só tinha duas formas de resolver o problema, ou aumentava a Receita, ou diminuía as Despesas; a Secretária disse diminuir os gastos; voltando a fala, o Vereador disse, então, que naquela relação que eles estavam conversando, os entes Federativos, Estado e União eles estavam contribuindo com os repasses regulares, fosse de convênio, fosse através das obrigatoriedades deles com os Municípios, na proporcionalidade, ou aquilo não estava acontecendo? A Sra. Secretária Cristina disse que, não, na parte de convênios, não, eles tinham uma grande dificuldade, tinham os repasses fundo a fundo da Saúde, tinham os que eram diretos da Assistência Social, projetos de assistência à família, Bolsa Família, mas tiveram uma reestruturação de cadastro, por quê? Mandava dinheiro, mas a família não tinha direito à bolsa, ou não estava lá, ou não tinha a pesagem da criança, tudo aquilo tinha sido revisto, aquela parte, sim, a questão de convênios mesmo, não, não tinha, o que eles recebiam em dia eram as transferências constitucionais, aquilo como o Bozó tinha colocado, aquilo era justo e certo, agora a questão de projetos, de convênios específicos, não, não estavam cumprindo, não, tinham dificuldades de liberação; disse que a forma de liberação tinha sido mudada, não foi naquela gestão, foi da gestão passada, a dificuldade de medições, a empresa contratada tinha que ter fôlego para fazer uma obra, porque primeiro ela executava, mandava medição, vinha o engenheiro da Caixa, conferia a medição para depois liberar recurso, então, existia aquele problema, sim, existia o problema, eles estavam segurando, daí ficava aguardando a liberação, depois da engenharia da Caixa muito tempo; então, normalmente, eles tinham os agentes internos, o Secretário de Governo que intercedia, Secretário da pasta de convênio que intercedia junto à Caixa Federal, tinham dificuldades, sim; o Vereador Walter Luís Tozzi de Camargo disse que seria a última pergunta, estavam próximos de discutirem naquela Casa a alteração do Estatuto com algumas mudanças até significativas e que iria passar, inclusive, por uma discussão mais ampla com os servidores, diante daquelas mudanças que já foram propostas pelo Executivo, sabiam, também, que aquela Casa não podia gerar despesas ao Executivo, então, as propostas que chegaram já estavam previstas dentro de um orçamento para que elas acontecessem, em que aquilo iria comprometer nas finanças do Município, principalmente, o que estavam discutindo no momento, que poderiam ter uma queda de arrecadação no final de ano e até para uma



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

previsão do ano vindouro, em que aquilo comprometeria ou o que aquilo estava relacionado diretamente com as alterações que seriam propostas, perguntou; naquele momento, o Vereador Luiz Carlos de Campos pediu a palavra só para complementar porque ele ia falar a respeito daquele projeto, disse ao Waltinho, da alteração do Estatuto, daí o Laurentino tinha feito o questionamento dos RPAs, estavam sendo criadas propostas em torno de trezentos cargos; com a palavra o Sr. Walter disse que eram duzentos e oitenta e sete cargos efetivos, devia ter alterado, teve um ofício recente, ele achava que tinha passado um pouco a mais, por volta de trezentos; voltando a palavra, o Sr. Bozó disse que era próximo de trezentos, então, como o Laurentino tinha falado do RPA e o Waltinho também tinha citado o Estatuto que estava lá, seria basicamente para substituir o pessoal de RPA, perguntou; a Sra. Secretária disse que sim, e ainda assim com muito cuidado, porque a criação do cargo não queria dizer que ele seria ocupado, a criação do cargo não queria dizer que ele seria ocupado, teria que ter critério na hora de chamar, porque um RPA tinha um custo e o servidor tinha outro; voltando a fala, o Vereador Luiz Carlos de Campos disse que, no jornalzinho da Prefeitura, tinha saído a criação de cargos e tal e que teria o concurso, daí criava aquela expectativa; a Sra. Secretária Cristina disse que sim, e que tinha recebido mensagens da população, perguntando quando sairia o concurso para contratar as trezentas pessoas, então, não era daquela forma, a criação do cargo tinha um impacto, sim, porque a lei exigia que fizesse uma estimativa de impacto, porém, tinha um critério naquela contratação, um RPA tinha um custo para o Município e o servidor tinha outro custo, então, era assim, ainda que fosse pela contratação do RPA, a Lei de Diretrizes Básicas iria estabelecer um cuidador para "X" números de crianças e a Educação tinha aquilo e teria que cumprir, também; então, com muito critério iria ser dentro da real necessidade e não seria tudo de uma vez, era uma questão muito gradativa, não iria abrir um concurso e contratar todo mundo, não iria ser daquela forma, tinham o limite, por quê? Se passasse o limite prudencial teria que começar a mandar quem estava de estágio probatório, ter que dispensar e assim por diante, então, a criação não queria dizer que seria contratada, teria que ter muito critério nessa contratação; tomou a fala o Vereador Waltinho dizendo, salvo engano, eram quarenta e três por cento com a folha de pagamento com as despesas, com as alterações, com as propostas, se fosse efetivado os trezentos cargos ao longo de uma proporcionalidade; naquele momento o Vereador Luiz Carlos de Campos disse que a despesa com pessoal era de trinta e seis, não era?; A Sra. Secretária disse que estava quarenta; o Sr. Walter Luís Tozzi de Camargo disse que era quarenta e três, se ele não estivesse enganado; a Sra. Secretária disse que era do mês, de acordo com a Receita Corrente Líquida, não era aquilo, não, ela estava pegando de dois mil e dezesseis, pediu desculpas; entre outras coisas disse que era aquilo, estava em quarenta por cento; o Vereador Walter perguntou se era independente do número? A Sra. Secretária disse que era um dos últimos, aquele era o percentual, o cálculo de acordo com a LRF; o



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Sr. Walter disse que estava perfeito; havendo manifestação dos presentes, a Secretária disse que não, e que aquilo estava errado era o que estava lá, estava lá, era para ler o dela, porque estava diferente? Estava igual o dele, foi na hora de imprimir; com a palavra, o Vereador Luiz Carlos de Campos disse que o dele estava trinta e cinco e oitenta e três; a Secretária disse que não, o certo era aquele quarenta, eles não iam, era para ver bem; tomou a palavra o Vereador Walter Tozzi dizendo que só iria retornar à pergunta, independente do percentual que ali estava, iria trabalhar com quarenta por cento, com a projeção feita diante daqueles cargos que seriam efetivados, poderia não ser de imediato mas, existia uma projeção porque tinha dois anos da vigência do concurso que seria aberto, já existia uma estimativa de despesa com a projeção dos trezentos novos cargos, a folha de pagamento, no momento, para não ferir a Lei de Responsabilidade Fiscal, estaria projetada para quanto com a efetivação daqueles cargos? A Sra. Secretária disse que, com aquele percentual, porque ela tinha falado para ele que teria que ter critério porque aquele percentual era em cima da Receita Corrente Líquida, se melhorasse o ICMS, a Receita seria maior, então, a base era maior; disse que ela iria ver qual margem que ela teria para contratação, sempre observando o valor da arrecadação e que no momento ela tinha quarenta mas, de repente, tinha “bum” de ICMS com o quadro do momento chegaria a trinta e cinco, teria fôlego para a LRF para contratar, então, ao longo dos dois anos podendo ser prorrogado por mais dois; de repente ela entrava, como o Bozó havia falado, entrava uma arrecadação boa da SKY, teria condições de chamar porque a Receita iria aumentar, aquele era o critério, ela só poderia aumentar, jamais poderia pegar, tendo uma aplicação mínima, de vinte e cinco por cento, uma média de trinta na Educação, não poderia chegar a cinquenta de pessoal, então, ela precisava esperar o quê? Ela tinha sim, uma intervenção judicial da questão dos RPAs, porém, tinham o amparo legal, também, que também limitava atendendo a totalidade, porém, tinha uma Lei De Diretrizes Básicas que estabelecia que não poderia por uma lei para atender trinta crianças, entendeu como funcionava? Tinha que abrir creche, para abrir, de qualquer forma, se aquela creche não comportasse, teria que contratar alguém, então, aquele era o critério, o zelo e o critério de acordo com o acompanhamento da Receita porque não era ela isolada, foi colocado muito bem, como poderia gastar “X” em Educação, “X” em Saúde, porque nos quarenta de Pessoal, estava o Pessoal da Saúde e da Educação, ela tinha que pensar naquilo também, não era os quarenta por cento mais os trinta da Saúde e mais os vinte e cinco, não era, dentro daqueles trinta ela tinha uma parcela dentro do quarenta já computado, sobrepunha a Educação também, e sabiam que o quadro da Educação era enorme e era onde tinha mais RPAs e era onde tinha uma regulamentação específica para cuidadores, números de crianças, números de creches, defasagem de vagas, necessidade de aberturas de creches, então, existia todo um contexto para ser analisado; aquela contratação não era assim “ah vamos chamar “X”!” Não, não iria, a Receita iria sinalizar para eles também, até onde



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

poderiam chamar; o Vereador Walter Luís Tozzi de Camargo disse que estava perfeito e agradeceu pelos esclarecimentos; naquele momento, o Presidente da Comissão, Sr. Afonso Lopes da Silva, perguntou se tinha mais alguém inscrito, não havendo, ele usou a palavra dizendo que só tinha mais uma preocupação que o Laurentino tinha levantado, o Waltinho, a questão do cumprimento das Despesas que estavam previstas e que já tinha sido realizado; qual seria a garantia, ele sabia que ela não tinha bola de cristal, quando estariam cumprindo aquilo, porque do jeito que ela tinha falado, tinha toda uma preocupação daquilo, a partir do momento que o Prefeito chamava os Secretários, todo mundo; a Sra. Secretária Cristina Serra disse que, sim, eles tinham pelo índice de ICMS, o comportamento que vinha vindo, a participação deles, a questão do FPM já tinha o índice prévio e dependia da arrecadação também da União; a União pegava vinte e dois por cento e repassava para eles de acordo com a população, pelo IBGE, então, se tinha vinte e dois por cento da receita do Estado, ela dependia da receita do Estado, porém para eles, a maior preocupação deles no momento, do Governo, que era um dos pontos que estavam batendo muito era a questão da melhoria da arrecadação própria, porque, de uma certa forma, começava a dar autonomia para o Município; então, para não ficar na mão somente da União e do Estado para questão de transferências, eles estavam com medidas austeras, sim, de revisão e recuperação da Receita própria do Município; o REFIS tinha sido um fracasso, justamente o reflexo do que, da situação que a população estava vivendo, então, tinham previsto um "X" de arrecadação na média dos últimos dois anos e não foi atingido; iam saber qual era o motivo, as pessoas iam no balcão e falava: "Puxa vida! Eu tenho que pagar a primeira hoje, aí arrumei emprego mês passado, ainda to acertando..." então, todas aquelas informações estavam sendo trazidas para que conseguisse que ele não tivesse a água cortada, que conseguisse manter o serviço de saneamento, do IPTU, que conseguissem manter a Saúde e Educação porque ele dependia da arrecadação de IPTU, também, para melhoria daquilo e as demais taxas que eram para outras Despesas, outras Secretarias; então, era assim, eles tinham o comportamento e se olhasse e conseguisse arrecadar sessenta por cento em dois quadrimestre, uma conta muito simples, iria arrecadar mais trinta, não atingiria o cem, talvez próximo, mas, não cem, considerando que, a totalidade da Receita de Capital que não estava vindo para ela que era a questão do convênio que era um dinheiro carimbado, não poderia gastar em outra coisa, tinha que ser naquilo, tudo aquilo, na verdade, estava sendo melhorado internamente, iriam trocar o sistema de informática, porque ele era péssimo, não tinham o Portal, não tinham nada e que seria substituído e aquela projeção era feita com comportamento, então, se ela arrecadou ano passado, naquele último Quadrimestre, trinta por cento da previsão dela real, dentro daquilo que foi arrecado de fato, qual era o percentual de arrecadação do último Quadrimestre? Era aí que chegava onde eles estavam, com o pé no chão naquela previsão; naquele momento, o Sr. Presidente da Comissão perguntou se havia mais



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

alguém inscrito, não havendo ninguém inscrito o Presidente passou a palavra a Sra. Secretária Cristina Serra para as considerações finais e posteriormente encerraria aquela Audiência Pública; usou a palavra a Sra. Cristina Aparecida Rossi Serra dizendo que vinha ressaltar a importância deles que estavam na Audiência, de multiplicar aquela informação; cada um tinha o motivo dele de não estar lá, mas tinham a obrigação de repassar aquilo; a Prefeitura como um todo, todo o Secretariado, ela também estava à disposição, poderiam procurar por ela, que iria atender, agendava e atendia, esclarecia dúvida, fornecia documento, era um Governo bem aberto; o Secretariado, todo mundo estava muito envolvido em tudo que estava acontecendo; então, ela se colocava em disposição como representante da Secretaria de Finanças, também, talvez naquele momento se tivesse alguma dúvida, por ventura, estivesse esquecido poderia procurar por ela na Secretaria, porque se ela não soubesse ela iria levantar a informação e fornecer; ela agradeceu a presença de todos; o Presidente da Comissão agradeceu a presença de todos e que ficava aquele compromisso na próxima Audiência Pública sobre o Quadrimestre daquela questão, poderiam apresentar alguns dados com mais...; a Secretária disse "extra"; voltando a palavra o Presidente disse com mais rapidez, "extras", e que ficava aquela questão de colocar o site da Prefeitura, ele não sabia como era o ponto de vista técnico e ver com o pessoal da Câmara para estar disponibilizando no telão; a Secretária disse ótimo; o Presidente continuou dizendo que dependendo da informação já...; a Secretária disse que seria bem divulgado, entendeu, inclusive instruções, se alguém tivesse dificuldade na consulta, as informações estavam sendo inseridas, assim que estivesse funcionando seria divulgado e estariam à disposição para explicar como a coisa funcionava, para que, todos tivessem acesso; porque para eles era muito melhor do que ficar levantando dados manuais, dentro daquilo que eles tinham no momento, estava muito precário dentro do que a lei estabelecia e que eles tinham que cumprir; então iria tirar a informação de lá e procurar o Secretário ou quem fosse e tirava a dúvida na hora, empenhou e já estaria disponível; o Presidente da Comissão agradeceu a Cristina e disse que teria mais uma atividade relacionada na questão do Orçamento que era a apresentação do PPA que estavam para marcar Audiência Pública para aquilo e sobre a questão da LDO e a LOA também, era tudo na mesma; a Secretária disse que uma complementava a outra e todas as dúvidas das três peças; o Sr. Presidente disse que estava para marcar aquelas Audiências Públicas e, claro que gostariam da participação de todos para que pudessem dar transparência; a Secretária disse, por favor; o Sr. Presidente falou para que, enfim, participar da Administração Pública de um modo positivo e de um modo para que pudessem entender, realmente, o que estava havendo, entender todas as questões relacionadas ao Orçamento; agradeceu à todos, dispensou abraços a todos e desejou boa chuva. A seguir, encerrou a Audiência Pública. Nada mais havendo a tratar, lavrei a



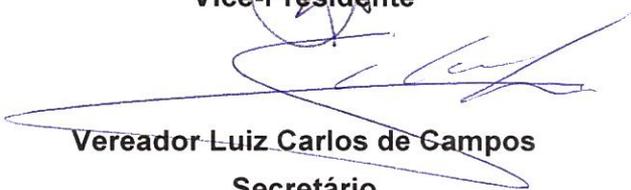
Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

presente ata que, lida e achada conforme, vai devidamente assinada pela Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade.


Vereador Afonso Lopes da Silva
Presidente


Vereador Cristiano José Cecon
Vice-Presidente


Vereador Luiz Carlos de Campos
Secretário



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade

Jaguariúna, 17 de outubro de 2017

Ao Senhor
Vereador Romilson Nascimento Silva
Presidente da Câmara Municipal

Nesta

Senhor Presidente,

Solicitamos os bons ofícios de Vossa Excelência, no sentido de encaminhar ao Senhor Chefe do Poder Executivo Municipal uma cópia, autenticada pela Secretaria desta Casa, da Ata da Audiência Pública para avaliação do cumprimento das Metas Fiscais da Prefeitura Municipal de Jaguariúna – 2º Quadrimestre de 2017, acontecida no dia 29 de setembro de 2017, nesta Câmara Municipal.

Atenciosamente,

VEREADOR AFONSO LOPES DA SILVA
Presidente da Comissão Permanente de
Orçamento, Finanças e Contabilidade

PROTOCOLO	
Nº de Ordem:	<u>1403</u>
Folha Nº	<u>89</u>
Livro Nº	<u>035</u>
Data	<u>18/10/2017</u>
SECRETARIA	



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Jaguariúna, 18 de outubro de 2017

Ofício n.º 689/2017.-PRE

Senhor Prefeito

Atendendo solicitação do Presidente da Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade (cópia anexa), passamos às mãos de Vossa Excelência cópia da **Ata da Audiência Pública para avaliação do cumprimento das Metas Fiscais da Prefeitura Municipal de Jaguariúna – 2º Quadrimestre de 2017**, realizada aos 29 de setembro do corrente, por esta Casa de Leis.

Limitados ao exposto, apresentamos a Vossa Excelência os nossos reais protestos de elevada estima e distintíssima consideração.


VEREADOR ROMILSON NASCIMENTO SILVA

Presidente

À Sua Excelência o Senhor
Márcio Gustavo Bernardes Reis
Prefeito Municipal
Jaguariúna – S.P.

